

# OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X  
E-ISSN 2184-173X



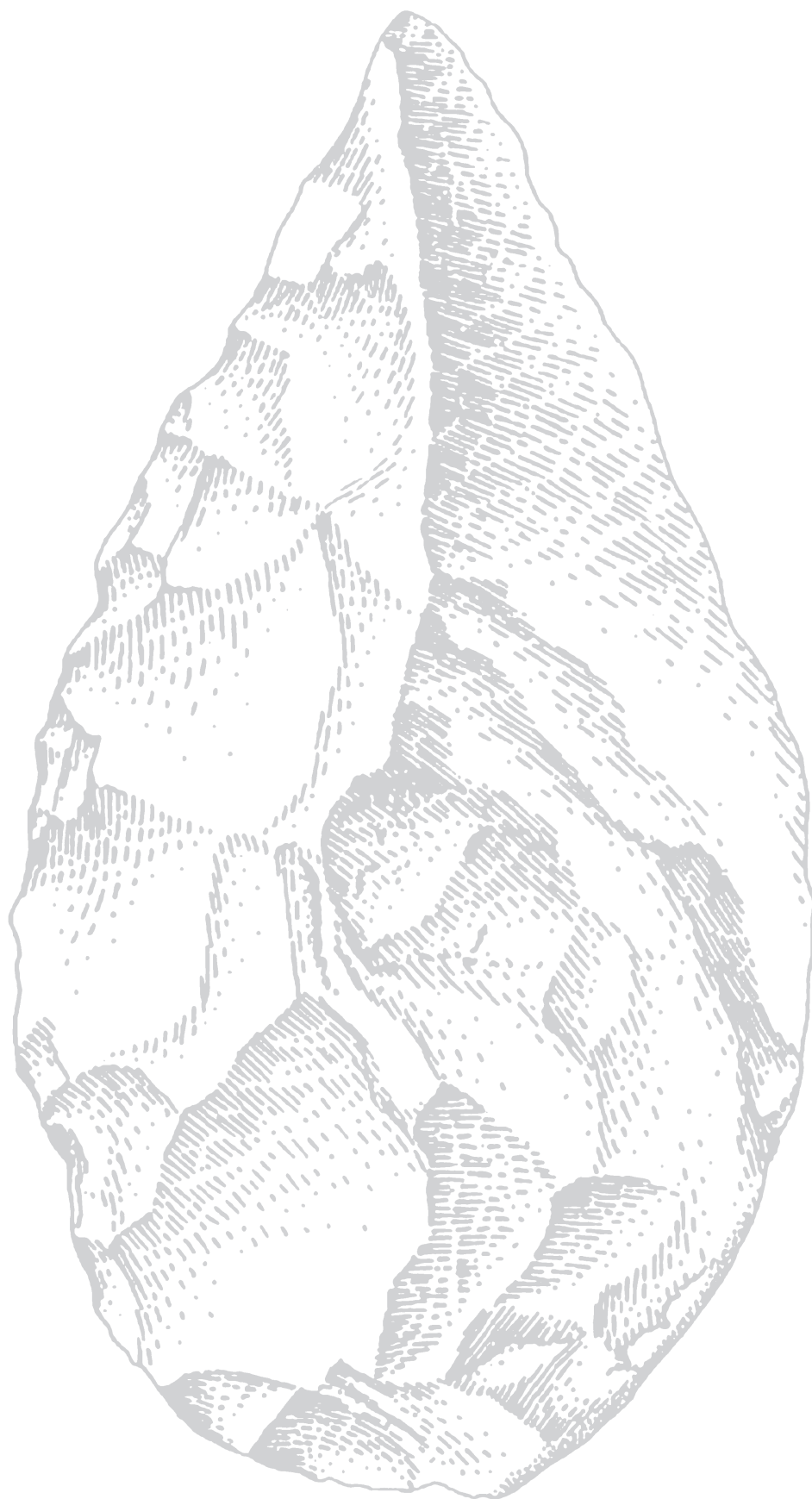
CENTRO DE ARQUEOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

uniarq

5 - 2021

# OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



---

**OPHIUSSA** REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOAPUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

---

**Volume 5 - 2021**

---

**DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

**CONSELHO CIENTÍFICO**

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

**SECRETARIADO**

André Pereira

**CAPA**

Biface proveniente de Casal do Azemél (Leiria).

Desenho de Amélia Marques. Museu D. Diogo de Sousa (MDDS). (Cunha-Ribeiro, 1999)

**REVISOR DE ESTILO**

Francisco B. Gomes

**PAGINAÇÃO**

TVM Designers

**IMPRESSÃO**

AGIR – Produções Gráficas

**DATA DE IMPRESSÃO**

Dezembro de 2021

**EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)**

300 exemplares

**EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)**[www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt)

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

Copyright © 2021, os autores

**EDIÇÃO**

UNIARQ – Centro de Arqueologia

da Universidade de Lisboa,

Faculdade de Letras de Lisboa

1600-214 Lisboa.

[www.uniarq.net](http://www.uniarq.net)[www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt)[uniarq@lettras.ulisboa.pt](mailto:uniarq@lettras.ulisboa.pt)

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

## ÍNDICE

O tecno-complexo Acheulense em Portugal: contribuição para um balanço dos conhecimentos CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
Brief overview of zooarchaeological research within the framework of Middle Palaeolithic subsistence theories MARIANA NABAIS	31
A distribuição espacial dos materiais líticos da UE003 do Rodo: testemunho de reocupações do sítio ao longo do Tardiglaciar? CRISTINA GAMEIRO, THIERRY AUBRY, BÁRBARA COSTA, SÉRGIO GOMES, YANN LE JEUNE, CARMEN MANZANO, MAURIZIO ZAMBALDI	47
O sítio do Neolítico Antigo de Montum de Baixo (Melides – Alentejo Litoral) JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA, SUSANA DUARTE	63
A economia alimentar em Chibanes (Setúbal) – horizonte campaniforme JOÃO LUÍS CARDOSO, CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES, FILIPE MARTINS	103
Luto en la cara: ablaciones de duelo en el Mediterráneo Ancestral ÁLVARO GÓMEZ PEÑA, JOSÉ LUIS ESCACENA CARRASCO	131
Dois conjuntos anfóricos do Castelo de São Jorge (Lisboa): Largo de Santa Cruz do Castelo e Pátio José Pedreira VICTOR FILIPE	155
A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material RICARDO COSTEIRA DA SILVA, SARA OLIVEIRA ALMEIDA, ISABEL PEREIRA	183
Cerâmica estampada britânica em Portugal (1780-1920). Identidade, domesticidade e relações TÂNIA CASIMIRO, INÊS CASTRO, TIAGO SILVA	207
Recensões bibliográficas (TEXTOS: JOÃO LUÍS CARDOSO, ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, FRANCISCO B. GOMES, PEDRO ALBUQUERQUE, LEYRE MORGADO-RONCAL)	217
Política editorial	241
Editorial policy	243

# A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material

## The roman side of Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – a possible interpretation based on material culture

### RICARDO COSTEIRA DA SILVA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Interdisciplinares – Universidade de Coimbra  
rcosteiradasilva@gmail.com  
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1006-8562>

### SARA OLIVEIRA ALMEIDA

Bolseira da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/129227/2017)  
CEAACCP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Portugal)  
Doutoranda na Universidade de Coimbra.  
sara\_almeida11@hotmail.com  
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9158-7665>

### ISABEL PEREIRA

ipereira.tsilva@gmail.com

**RESUMO:** Embora revele uma notável longevidade de ocupação, Santa Olaia é sobretudo conhecida pelos testemunhos da Idade do Ferro. Contudo, os restantes ciclos vivenciais são de igual importância para a compreensão da sua estratégia de afirmação regional ao longo do tempo. Neste caso e com base na revisão da documentação e espólio procedente das escavações arqueológicas realizadas, procura-se compilar os elementos referentes à ocupação romana do local propondo, simultaneamente, uma narrativa de enquadramento. A análise dos dados reunidos parece indicar uma ocupação persistente desde época republicana aos inícios do século VI marcada, porém, pela noção de transfiguração cíclica do sítio. Atendendo às diferenças observadas ao nível do volume e qualidade do registo arqueológico, apresentam-se potenciais linhas de interpretação explicativas das alterações de natureza funcional e relevância deste emblemático sítio do estuário do Mondego.

**PALAVRAS-CHAVE:** Baixo-Mondego; Santa Olaia; época romana; Cultura material.

**ABSTRACT:** Although with a long occupation, Santa Olaia is mostly known for its evidence of the Iron Age. However, the remaining phases are of equal importance for understanding its regional affirmation strategy over time. In this case, based on the review of the documentation and remains from the archaeological excavations carried out, the aim is to compile the elements referring to the Roman occupation of the site and propose a narrative framework. The analysis of the gathered data seems to indicate a persistent occupation from the Republican period to the beginning of the 6<sup>th</sup> century, marked, however, by the notion of cyclical transfiguration of the site. Given the variations observed in the archaeological record, potential lines of interpretation are presented to explain the changes in the functional nature and relevance of this emblematic site of the Mondego estuary.

**KEYWORDS:** Lower-Mondego; Santa Olaia; Roman period; Material culture.

## 1. APRESENTAÇÃO

Em finais do século XIX Santa Olaia entra para os anais da arqueologia peninsular, celebrizando-se pelos vestígios da Idade do Ferro de pendur orientalizante descobertos por António dos Santos Rocha. A excepcionalidade e superior estado de conservação dos níveis mais antigos do arqueossítio contribuíram, de certo modo, para ofuscar as evidências das ocupações que os sucederam. Porém, a importância da estação deve ser apreciada, justamente, na sua dimensão holística e no seu percurso singular ao longo dos últimos três milénios. Partindo do entendimento de que todas as conexões temporais reclamam igual interesse, independentemente de evocarem fases de expansão e grande protagonismo ou definhamento e fatal agonia, impõe-se a gradual superação de uma visão parcelar, estritamente selectiva e amputadora da leitura integral dos vestígios.

Neste sentido, o presente trabalho procura dar destaque aos elementos que se reportam a um dos

períodos pós-sidéricos menos conhecido – o romano, tendo por base a análise documental e a revisão do espólio das diferentes intervenções aqui desencadeadas até à actualidade. Reconhecendo, todavia, o interesse em dar continuidade a este tipo de estudos, impõe-se naturalmente o reforço do estudo dos testemunhos medievais e pré-históricos oriundos deste local em trabalhos futuros.

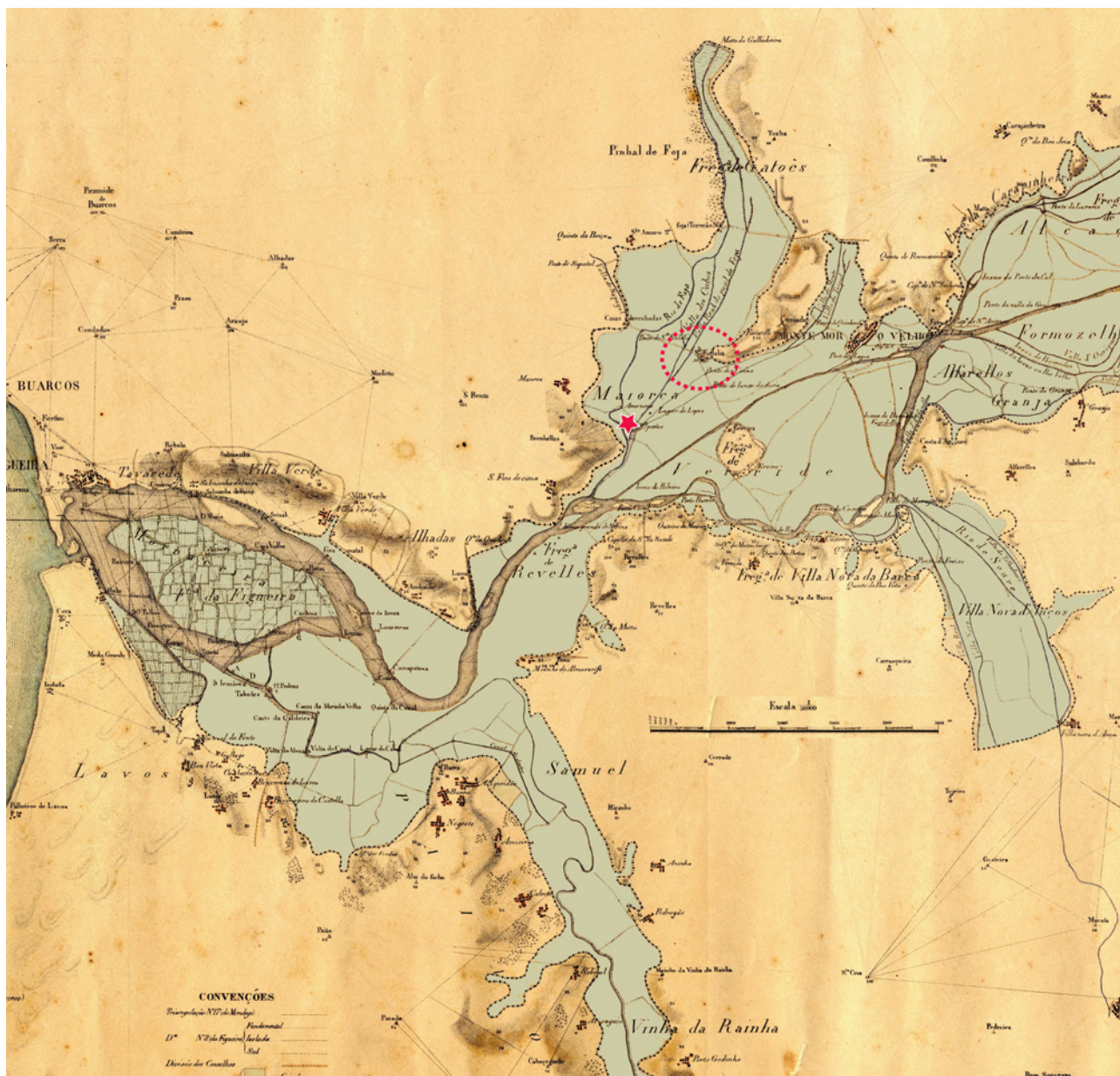
Situada a 13 km da foz (Fig. 1), na margem direita do regolfo do Mondego (um estuário com forte dinamismo geomorfológico), Santa Olaia compromete a sua estratégia de afirmação político-económica com a transfiguração do próprio paleo-estuário. Os dois percursos – o do sítio e o da paisagem – são indissociáveis, sendo as suas circunstâncias naturais ditadas pela evolução geomorfológica daquela bacia hidrográfica.

Trata-se de uma pequena colina, de configuração elipsoidal, que não ultrapassa os 25 m de altitude, a despontar na extremidade de uma cordilheira calcária que se projecta de Noroeste nos campos aluvionares,



**FIG. 1** Localização de Santa Olaia no mapa da Península Ibérica (base de José Luís Madeira).





**FIG. 2** Localização de Santa Olaia em excerto adaptado da *Planta Provisória dos Campos Inundados do Mondego* de F. Folque, de 1858. A estrela indica o local aproximado do achado de Arruelas.

precisamente na intercepção do Rio de Foja no Mondego (Fig. 2). Do topo aplanado, o relevo pendia moderadamente para Norte (antes de ter sido cortado pelas sucessivas estradas). Nas vertentes meridional e ocidental, o terreno é bordado por penhascos abruptos, separando-se assim do monte fronteiro do Ferrestelo, orograficamente mais destacado.

Nesta região, o processo de sedimentação holocénico converteu em terrenos aluvionares o que seria no I milénio a.C. uma ampla baía, na qual o sítio emergia sob a forma de ilha. Desta forma, o antigo estabelecimento fenício aninhado no interior do estuário,

a curta distância da margem, controlaria discretamente o curso inferior do rio, proporcionando boas condições de abrigo às embarcações marítimas que, durante séculos, aqui puderam fundear. A magnitude desta função portuária terá mesmo adquirido inflexão toponímica no termo *Angliata* (de *Anguluata* = zona de ancoradouros) que na Alta Idade Média designava a área de Santa Olaia (Alarcão 2004: 14).

Actualmente, o monte, propriedade privada da Quinta da Foja, desponta entre arrozais, encimado pela capela do século XVIII, encontrando-se as ruínas acessíveis ao visitante.

## 2. ECOS DA OCUPAÇÃO ROMANA DE SANTA OLAIA

É nas *Memórias* de Santos Rocha, pioneiro na exploração arqueológica do sítio, que se documentam as primeiras e mais detalhadas anotações fidedignas da recolha de vestígios romanos no monte (Rocha 1971). Num registo de rara objectividade para a época, o arqueólogo deixa-nos uma descrição minuciosa e lúcida das suas observações de campo (percepções sensoriais e gestos), respectivas impressões e conjecturas.

Na explicação das escavações que desenvolveu na plataforma superior do outeiro, na viragem do século XIX para o XX, refere que o terreno era coberto por uma camada superior de espessura variável (0,30 m a 1 m) “de cor escura, muito carregada de carvões vegetais e restos de cozinha” acrescentando expressivamente que nesta “os vestígios romanos eram abundantes” (Rocha 1971: 25). De seguida passa à análise sequencial das diversas fases ocupacionais identificadas pela ordem inversa da sua formação (estação medieval, estação luso-romana, 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> estações pré-romanas da Idade do Ferro e estação neolítica).

No volume das *Memórias* condensam-se em três páginas as referências aos horizontes históricos interencionados. Relativamente à estação luso-romana é interessante notar que a faz corresponder a um “depósito, em que se acham intercalados os muros medievais” (Rocha 1971: 28). Ou seja, contrariamente às restantes etapas (vinculadas a níveis de edificação) a fase romana assume mera expressão sedimentar, sem a correspondente malha de estruturas. A única construção que o investigador arrisca associar a este momento é uma “sepultura de forma ligeiramente trapezoidal, feita de pedras lavradas e ajustadas sem cimento algum”. Nela, conservavam-se os restos de indivíduo adulto em decúbito dorsal, com os braços ao longo do corpo e que fora atingido na parte da cabeça pelos alicerces medievais “indicando assim que o depósito mortuário era mais antigo” (Rocha 1971: 28 e 29). Esta sepultura permanece, até ao presente, como único ambiente funerário antigo escavado no topo do outeiro, ao qual se junta uma inumação isolada de Época Moderna, levantada na década de 80 e a referência à necrópole medieval denunciada pelos “numerosos fragmentos de ossadas humanas, dispersos na terra, junto à capela” (Rocha 1971: 28). Em baixo, na vertente setentrional do

outeiro, foi ainda detectada uma segunda sepultura, perto da antiga estrada nacional 111, interceptada aquando dos trabalhos preparatórios para a construção do troço de via-rápida em 1993 (Fig. 3 a 5). No interior da estrutura funerária, delimitada por lajes calcárias, exumou-se um indivíduo masculino cujos restos antropológicos se encontram em depósito no Museu Municipal Santos Rocha.

Note-se que a tipologia destes dois sepulcros é idêntica à que o mesmo arqueólogo apresenta para algumas estruturas da necrópole vizinha localizada no monte do Ferrestelo (Rocha 1971: 92-93).

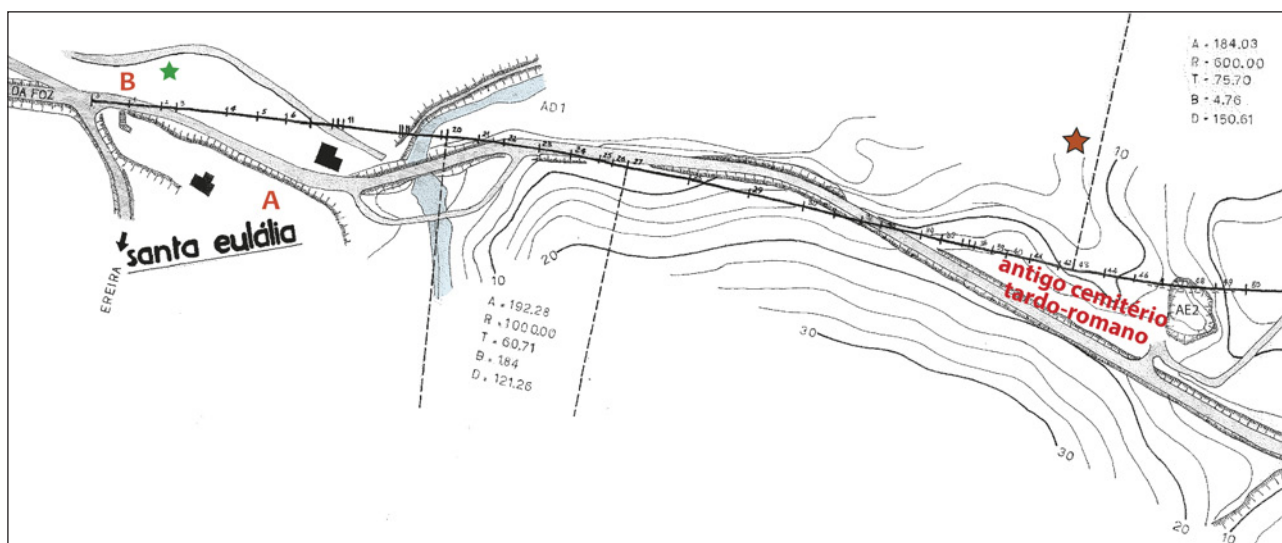
Importa lembrar que, antecedendo a descoberta de Santa Olaia, Santos Rocha encontrara a cerca de 600 m para nascente, na quinta do Ferrestelo, uma necrópole de inumação já quase destruída por uma saibreira em funcionamento. O autor identificou e escavou algumas sepulturas, construídas tanto em “lajes brutas” como em “telhas romanas” (*tegulae*), duas das quais integraram o museu primitivo e ainda incorporam a exposição actual. No *Catálogo* constam como: “Duas sepulturas, uma de lajes brutas, com esqueleto de mulher, e outra mixta de telhas romanas e lajes brutas, contendo um esqueleto de homem” (Rocha 1905: 156).

Reverendo a sua opinião inicial, o arqueólogo acaba por interpretar o sítio com um espaço cemiterial preexistente que continuara a ser utilizado em época romana (Rocha 1971: 93). Tudo indica que esta necrópole corresponda ao “antigo cemitério tardo-romano” localizado mais tarde por Victor Guerra no estudo do traçado da nova variante da estrada nacional 111, entre Montemor-o-Velho e Santa Olaia (Fig. 3). Desconhecem-se os fundamentos que levaram este antigo director do Museu a atribuir ao período tardo-romano o complexo sepulcral (Guerra 1971). Contudo, a inexistência de espólio mortuário associado e de análises de datação suplementares impedem que se estreite e esclareça a diacronia deste recinto funerário.

Já no que concerne às referidas duas sepulturas de Santa Olaia, à falta de novos elementos, será arriscado precisar a sua efectiva cronologia, podendo a mesma inscrever-se em qualquer uma das fases de ocupação pós-sidéricas.

Recentrando a atenção no depósito luso-romano, dá-se nota do espólio reunido, nomeadamente abundantes telhas e telhões, fragmentos de grandes e pequenos vasos, pregos de ferro, fragmentos de





**FIG. 3** Estudo de 1969 do traçado da nova variante da estrada nacional 111 (Guerra 1971, adaptado). Realce nosso da referência ao “antigo cemitério tardorromano”. Localização nossa da plataforma superior (A) e encosta Norte (B) de Santa Oiaia, do forno de produção de cerâmica (estrela laranja) e da sepultura (estrela verde) identificados em 1993.

vasinhos de vidro, objectos de bronze não especificados e numismas – “pequenos bronzes de Juliano e um mediano bronze de Teodósio” (Rocha 1971: 28). No intuito de balizar este horizonte arqueológico Santos Rocha aponta ainda a ausência de cerâmica dita “aretina”, daí concluindo que a romanização fosse posterior ao século II.

Algum deste material encontrava-se inclusive patente no Museu Municipal da Figueira da Foz, então instalado nos Paços do Concelho. Como se constata na secção de romano do catálogo da exposição, os n.ºs 4098 e 6715 correspondiam a fragmentos de vaso e telha e o n.º 8305 a objectos provenientes da camada luso-romana (Rocha 1905: 148, 150). Contudo, actualmente não é possível localizar ou fazer corresponder os referidos números de inventário ao espólio que se encontra no museu, ficando-nos apenas a indicação da sua existência.

Finalmente, em conjunto com os referidos materiais, assinala-se a recolha de “bases de coluna muito deterioradas, indicando um edifício importante, provavelmente um templo” (Rocha 1971: 28). A estas bases corresponderão as duas peças inventariadas no *Catálogo do Museu* sob os n.ºs 7696 e 8178 com a seguinte descrição: “bases de columna de calcareo, provenientes da camada romana de Santa Oiaia” (Rocha 1905: 156).

Para reforçar a hipótese aventada da existência de um templo romano o autor socorre-se do manuscrito de António Correia da Fonseca e Andrade, de inícios do século XVIII (*Colecção de Elementos para a História*

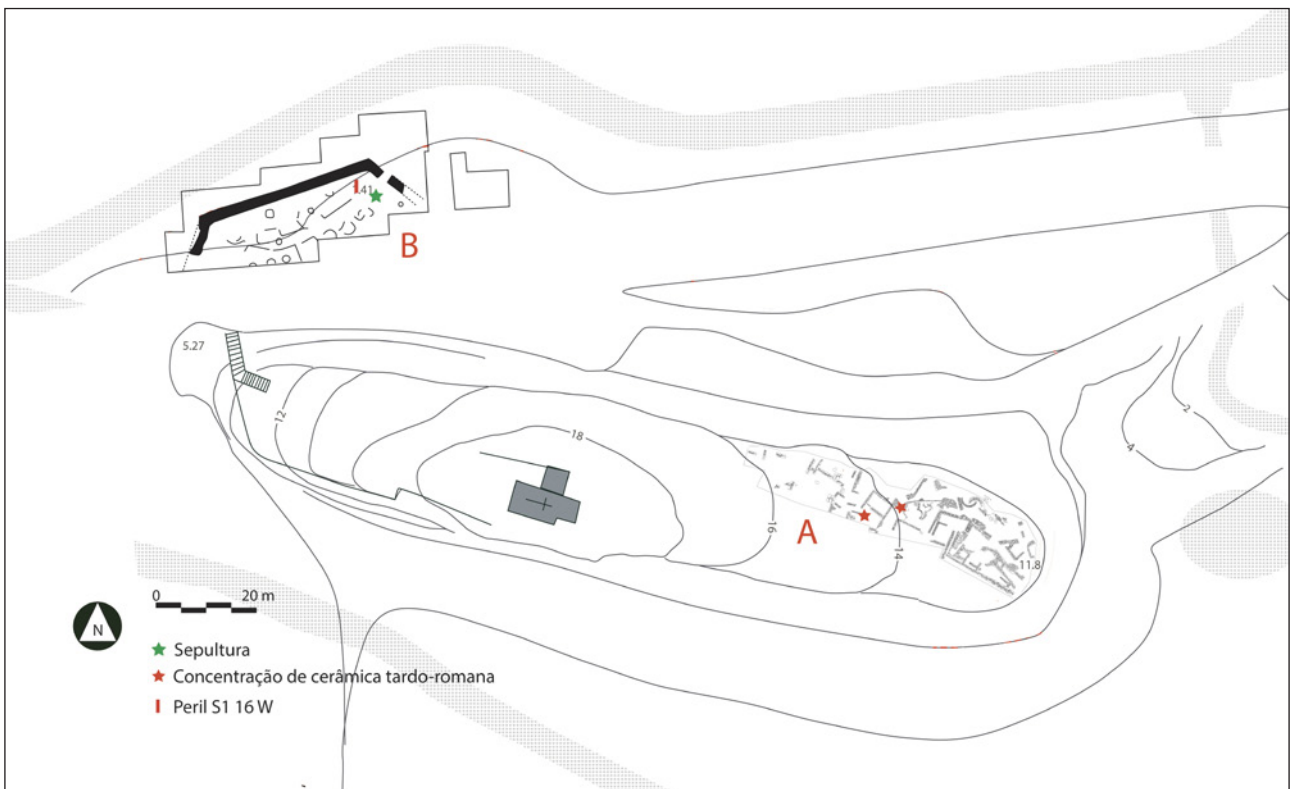
*do Concelho da Figueira*) que noticia o achado “não há muitos anos” “de um ídolo de metal fundido, estátua dedicada a Jano”, no sítio do antigo castelo de Santa Oiaia, considerado na tradição local “como obra dos romanos” (Tomás 1898: 87, *apud* Rocha 1971: 28). A esta poderemos acrescentar outra nota do mesmo teor, inscrita na monumental obra corográfica *Portugal Antigo e Moderno*, onde Pinho Leal afirma supor-se “cem bons fundamentos, que esta fortaleza era obra dos romanos, porque apareceu aqui uma estátua de mármore, da deusa Juno” (Leal 1875: 513).

Quanto à actividade arqueológica desenvolvida neste espaço cabe ainda assinalar as intervenções de campo dirigidas por uma de nós (I.P.), no último quartel do século XX, no quadro de actuação do Museu Municipal Santos Rocha. As campanhas de avaliação e valorização patrimonial realizadas na plataforma superior propunham-se atender aos seguintes objectivos: a identificação, avaliação do estado de conservação e levantamento das estruturas descobertas por Santos Rocha (entretanto ocultas ou destruídas); a demarcação dos limites do “habitat”; a criação de acesso a Leste; a vedação e dotação de sinalização de apoio; e a consolidação e restauro das estruturas arqueológicas.

Em 1993 realizou-se igualmente, sob a mesma direcção científica, a escavação preventiva de uma ampla área num terreno mais baixo na base da encosta Norte (a chamada zona ribeirinha), impulsionada pela construção do troço da via-rápida de ligação à Figueira da Foz (Pereira 2009) (Figs. 4 e 5).



**FIG. 4** Fotografia aérea de 1993 dos montes de Santa Olaia e Ferrestelo (Arquivo do Museu Municipal Santos Rocha). A – Plataforma Superior; B – Encosta Norte, C – Localização aproximada do “antigo cemitério tardo-romano”; D – Localização do forno de produção de cerâmica escavado em 1993.



**FIG. 5** Localização das áreas escavadas no outeiro de Santa Olaia – plataforma superior (A) e na encosta Norte (B).





**FIG. 6** Perfil W S1 16, com destaque da camada 1 (que continha material romano) e indicação da sua localização em fotografia geral dos trabalhos de escavação de 1993 (Arquivo do Museu Municipal Santos Rocha).

Os resultados obtidos no âmbito destes trabalhos mais recentes vieram, de certo modo, confirmar os factos anteriormente enunciados (Pereira 1986: 29). Assim sendo, pese embora se haja recolhido espólio cerâmico de cronologia romana, não foi possível identificar estruturas desta época. Refira-se, que no caso das intervenções realizadas no topo do outeiro, os artefactos romanos procedem essencialmente de níveis de formação medieval. Já na zona ribeirinha, na base da encosta Norte, o mesmo tipo de material procede de um depósito sedimentar aparentemente formado entre os séculos II e I a.C., e que cobre os níveis de abandono das estruturas da Idade do Ferro identificadas nesta área (Fig. 6). Refira-se que este contexto corresponderá a uma zona de areal na linha *intertidal* que conheceu uma acelerada subida da cota na viragem da Era. Tendo em conta esta circunstância tafonómica, os materiais aqui recolhidos deverão resultar de acções de descarte.

### 3. EVIDÊNCIAS MATERIAIS DE ÉPOCA ROMANA

Face à exiguidade ou ambiguidade dos testemunhos estratigráficos de época romana identificados em Santa Olaia, é na análise da cultura material que reside a melhor via de aproximação à ocupação do local durante este período histórico.

Desta feita, propiciado pelo projecto de investigação em curso (Almeida – Vilaça 2020), o trabalho

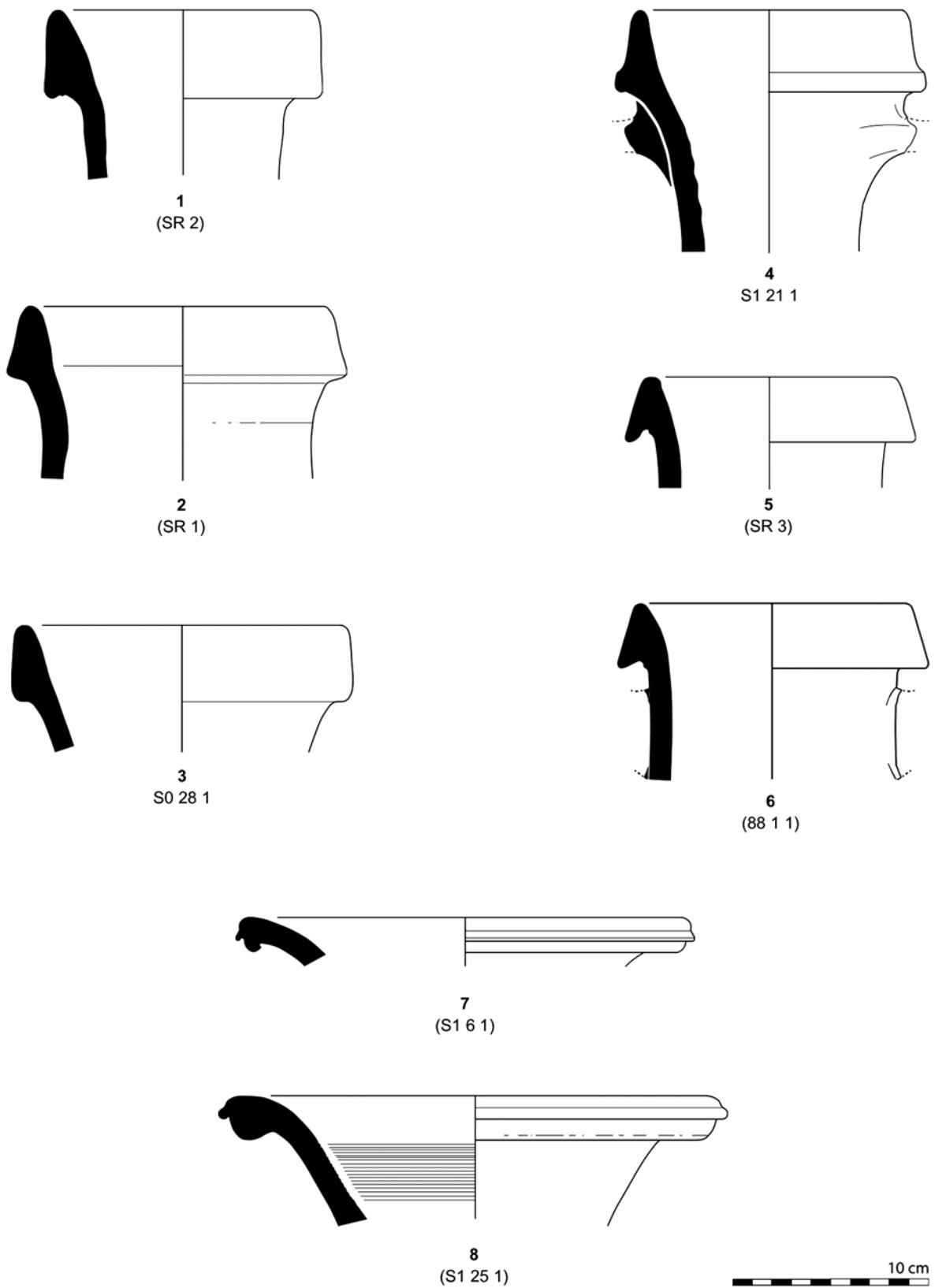
desenvolvido consistiu na compilação e estudo de espólio romano da estação que se encontra em depósito no Museu Santos Rocha, procedente tanto das intervenções antigas realizadas pelo arqueólogo figueirense como das campanhas mais recentes dirigidas por uma das signatárias (I.P.).

O conjunto reunido corresponde, maioritariamente, a material cerâmico, incluindo cerâmica fina e utilitária e cerâmica de construção. No caso da cerâmica de construção, às referências antigas, soma-se a recolha de material diverso (*tegulae*, *imbrices*, tijolo de quadrante e *lateres*) um pouco por todo o planalto superior.

A restante cerâmica abrange produções de diferentes épocas, desde o período republicano ao baixo império, revelando distintas pautas em termos de volume e local de exumação (planalto superior e zona ribeirinha). Por este motivo estrutura-se, seguidamente, a apresentação dos conjuntos tendo em consideração a sua cronologia, repartida por três fases de referência com aparente significado em termos da lógica de funcionamento do sítio.

#### 3.1. Século II a I a. C. – Primeiro contacto com o mundo romano

Constituindo uma amostra modesta no seio do espólio da estação, o conjunto das produções de época republicana é fundamentalmente constituído por artigos importados. Englobam-se no mesmo



**FIG. 7** Ânforas.



horizonte cronológico exemplares de recipientes anfóricos, cerâmica de produção ibérica e cerâmica de verniz negro italiana, procedentes do topo do outeiro e da base da encosta norte.

#### a) As ânforas de origem itálica

O material anfórico é claramente dominado pela forma Dressel 1 e está representado por seis fragmentos de bordo procedentes quer da plataforma inferior (Fig. 7, n.º 3 e 4) quer da plataforma superior do povoado (Fig. 7, n.º 1, 2, 5 e 6). Estes contentores vinários de origem itálica conhecem ampla difusão sobretudo durante a fase de conquista romana do Mediterrâneo Ocidental. A sua produção geralmente fixada entre os meados do terceiro quartel do século II a.C. e as décadas finais do século I a.C. (Peacock – Williams 1986), é progressivamente substituída pela de outros contentores a partir da segunda metade do século I a.C. (Desbat 1998). No território actualmente português encontram-se frequentemente associados a contextos da fase inicial do processo de ocupação romana e de abastecimento do exército (Fabião 1989: 111, 115 e 125), tendo particular incidência nas zonas costeiras e na orla dos principais eixos fluviais (Pimenta 2005: fig. 31). Efectivamente, a presença deste tipo de contentores não reporta uma novidade para a região estuarina imediatamente envolvente, destacando-se os exemplares encontrados em *Aeminium* (Silva – Carvalho – Fernández Fernández 2018: 134) e *Conimbriga* (Alarcão 1976: 80-81; Buraca 2005) sendo, no entanto, mais mediático e digno de realce o achado dos quatro exemplares de Arruelas (Maiorca), a menos de 2 km de Santa Olaia, a seguir à embocadura de Reveles (Imperial 2017: 15-21).

Todos os elementos recuperados apresentam as superfícies revestidas por aguada espessa de tonalidade muito clara, quase branca ou bege-amarelada. As pastas, de tom vermelho a alaranjado, revelam-se compactas embora grosseiras ou granuladas, com abundantes desengordurantes, destacando-se a presença de quartzo e a inclusão regular de partículas negras de origem vulcânica acusando assim, de certa forma, a sua presumível origem na Campânia.

Do ponto de vista morfológico, embora todos integrados na denominada variante 1A, distinguem-se os indivíduos com bordo de perfil triangular bem demarcado e pendente (Fig. 7, n.º 1, 5 e 6) dos exemplares

com bordo tendencialmente mais oblíquo e volumoso (Fig. 7, n.º 2-4). Ainda a este nível, será importante vincar a relação deste modelo com as ânforas Greco-itálicas das quais derivam e partilham muitas das suas principais características. Um dos aspectos que tem merecido particular atenção e sido alvo de diferentes abordagens prende-se com a coexistência destes dois modelos durante cerca de uma década, partilhando os mesmos centros produtores, os mesmos circuitos de distribuição, comungando de muitas semelhanças morfológicas e evidenciando a existência de uma fase de transição (Pimenta 2005: 49), sendo por vezes difícil operar a correcta distinção tipológica entre ambos. Tendo por base a equação matemática proposta por F. Gateau (1990) que se baseia na relação altura/espessura do lábio, identificou-se a presença de dois exemplares (com valor igual a 1,3 – Fig. 7, n.º 5 e 6) que se poderão incluir no que se tem vindo a designar por formas de transição. Este período transitório entre os modelos greco-itálicos e a forma 1 da tabela de Dressel (considerada a primeira genuinamente de produção romana) tem-se fixado entre 140 e 130 a.C. (Pimenta 2005: 49).

#### b) Ânforas de tradição púnica

Ainda na categoria dos contentores de transporte identificaram-se, igualmente, dois bordos de ânforas Manã C2 do Tipo T. 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995) produzidas na área do Estreito e associadas ao transporte de preparados piscícolas (Fig. 7, n.º 7 e 8).

Apresentam pasta dura e depurada, de cor creme ou caramelo (mais escura que a superfície), com elementos não plásticos de pequeno calibre. As superfícies são alisadas e ásperas ao toque, revestidas por aguada bege.

Estes recipientes de protótipo cartaginês começam a produzir-se no Sul peninsular a partir de 140/130 a.C. (Bernal *et al.* 2004: 624) prologando-se até 50/30 a.C. (Ramón Torres 1995: 213). Em termos de padrão de distribuição, registam-se ao longo do litoral com maior frequência no Sul do país (Almeida – Arruda 2005) estendendo-se até à costa da Galiza (González Ruibal 2004; González Ruibal *et al.* 2007; Ferrer-Albelda *et al.* 2019). No território mais próximo, surgem em *Conimbriga* (Alarcão 1976: 79-91), levantando-se reservas relativamente ao exemplar da Lomba do Canho (Almeida – Arruda 2005: 1320).

### c) *Kalathoi* ibéricos

Um outro grupo de cerâmica vascular é representado pelo *kalathos*, a forma mais exportada do mundo ibérico tardio.

Individualizam-se cinco recipientes de distinto formato e fabrico. Exceptuando um exemplar (Fig. 8, n.º 1) (de coloração castanha acinzentado e superfície creme alisada), os restantes indivíduos apresentam fabricos oxidantes de textura depurada, muito dura, de corte vivo, variando do tom camurça (Fig. 8, n.º 2 e 4) ao laranja (Fig. 8, n.º 4 e 5). Três bordos conservam vestígios de pintura a laranja (Fig. 8, n.º 3), vermelho (Fig. 8, n.º 5) e castanho (Fig. 8, n.º 4).

Em termos morfológicos os recipientes de formato mais pequeno (Fig. 8, n.º 1 a 3) enquadram-se na tipologia A-1 de Conde Berdós (1991) datada de meados do século II a.C. (175 a 125 a.C.). A variante A-2, de maiores dimensões e cronologia paralela (175 a 125 a.C.), encontra-se representada pelo n.º 5 (fig. 8) equivalendo igualmente ao único grande formato ( $\varnothing > 25$  cm) na categorização de Mata Parreño e Bonet Rosado (1992: 129). O bordo n.º 4 (Fig. 8), de parede levemente abobadada e bordo ligeiramente reentrante, poderá corresponder à variante A-3, que circula entre o 2.º terço do século II e inícios do I a.C., num momento de plena integração da costa catalã no mundo romano (Fernández Izquierdo 1995: 126). As A-1 a A-3 encontram-se conotadas com produções da região ampuritana, sendo que estas peças em concreto apresentam igualmente características macroscópicas compatíveis com os fabricos procedentes daquela área.

A aparição destes recipientes em locais costeiros assinala o seu transporte marítimo. Contudo, permanece por esclarecer que tipo de conteúdo envasilhariam, tendo sido levantadas várias hipóteses (mel, cera, *garum*, púrpura) ainda sem comprovação. Restam igualmente dúvidas acerca do seu enquadramento nos fretes navais, podendo integrar estes circuitos na condição de mercadorias e bens transacionáveis ou como pertences da tripulação ( Fernández Izquierdo 1995: 127). Ainda assim, certo é que se trata de um tipo de cerâmica que, a par da sua enigmática função utilitária, se pode revestir de especial valorização simbólica ocorrendo tanto em contextos de habitat como em necrópoles e ambientes votivos (Izquierdo Peraile *et al.* 2001: 56; Camuña Pardo 2016).

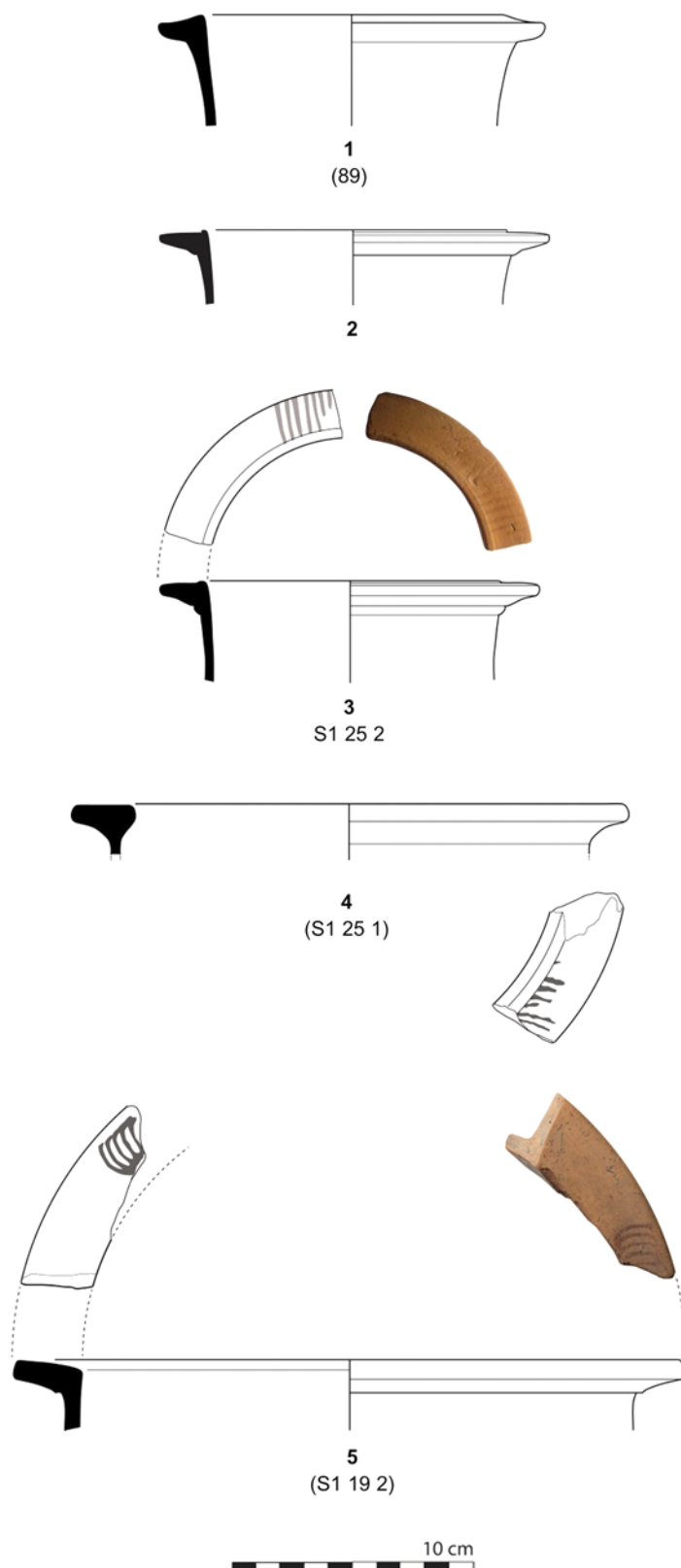
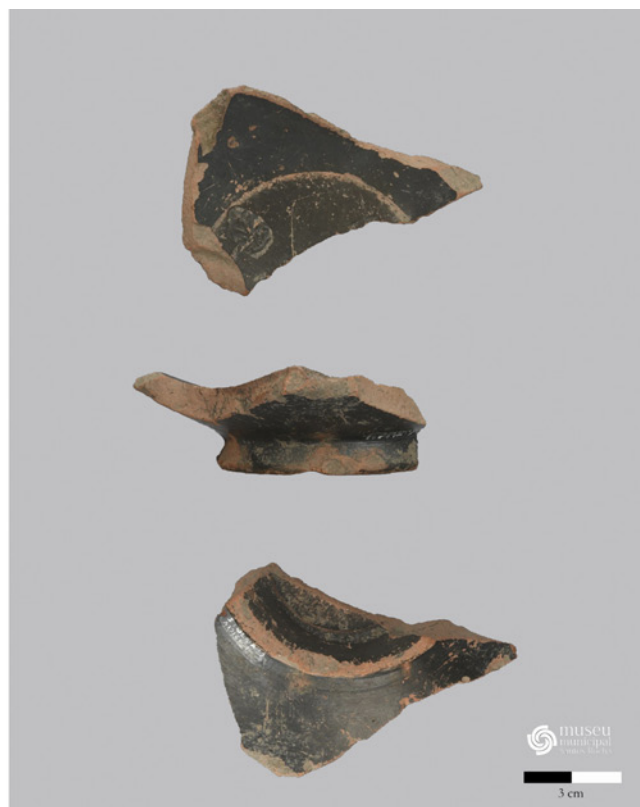
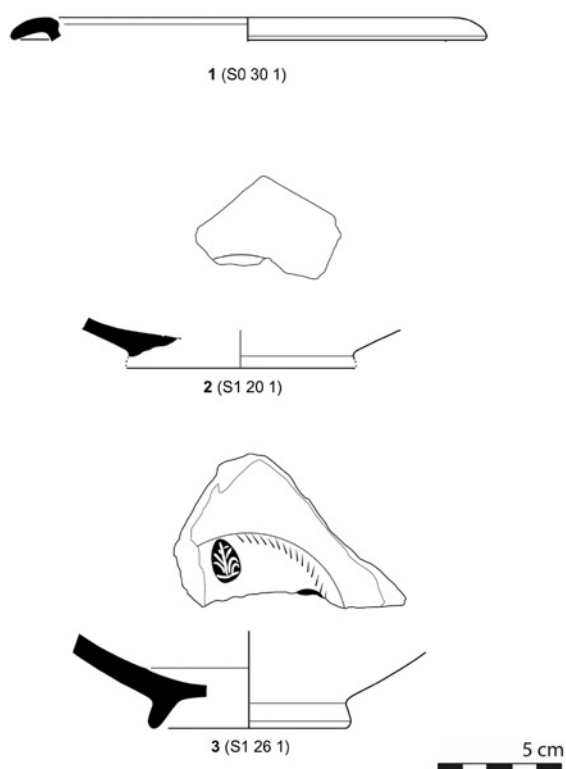


FIG. 8 *Kalathoi*.



**FIG. 9** Cerâmica Campaniense. Foto do Arquivo do Museu Municipal Santos Rocha.

Apesar de reportáveis ao mundo ibérico, os *kalathoi* encontram-se ligados à presença romana na Península Ibérica. A partir do século III a. C, a influência romana faz-se sentir de forma significativa na zona da Catalunha, instaurando um novo sistema produtivo caracterizado, entre outras coisas, pelo fabrico em massa de *Kalathoi*, populares em todo o ocidente mediterrânico (Camuña Pardo 2016: 264).

No contexto regional conhece-se apenas um exemplar deste tipo, associado ao achado de Arruelas (Maiorca). Apesar das evidentes semelhanças formais e tipológicas, a peça de Maiorca, produzida em cerâmica cinzenta escura (Imperial 2017: 26), remete aparentemente para outro centro produtor.

#### d) Cerâmica de verniz negro – Campaniense A

A este universo artefactual junta-se o grupo das cerâmicas de verniz negro itálicas.<sup>1</sup> É possível distinguir pelo menos duas formas de Campaniense A dentro do lote de três fragmentos representados.

<sup>1</sup> Note-se, porém, que não se contemplam aqui os dois fragmentos de fundo de cerâmicas de verniz negro apresentadas por S. Frankenstein (1997: 285 e lám. 17, n.º 7681 e F28), por ainda não terem sido localizadas na reserva do Museu Municipal Santos Rocha.

O n.º 1 (Fig. 9) corresponde a um fragmento de bordo ( $\varnothing$  20 cm) de prato com lábio pendente e canelura no arranque interior. Possui pasta laranja-acastanhada, compacta, de fractura regular, com partículas negras, algumas partículas brilhantes e vacúolos de pequena dimensão. Apresenta verniz negro, fino e brilhante. Pertence a um prato Lamb. 36, forma associada ao século II a.C.

Um segundo fragmento (Fig. 9, n.º 2) corresponde a fundo com arranque de pé ( $\varnothing$  8 cm), produzido em pasta laranja pulverulenta, com partículas escuras de médio calibre e outras mais pequenas, claras e brilhantes. Conserva verniz negro, baço e pouco espesso com círculo concêntrico gravado na face interior.

Finalmente, o último fragmento (Fig. 9, n.º 3), já conhecido (Pereira 2009: Est. XXVIII, n.º 42a), pertence ao fundo de taça com pé anelar desenvolvido ( $\varnothing$  8 cm?). Observam-se uma estampilha completa e parte de outra dispostas de forma radial, circundadas por motivo roletado. Possui pasta laranja compacta de aresta viva, com raros elementos não plásticos de pequeno calibre e verniz negro fino com reflexos metálicos.

Pela sua tipologia (formal e decorativa) e características tecnológicas, as peças ajustam-se ao período

Campaniense A médio ou clássico (século II a.C.), a fase de maior expansão destas produções, sendo conhecida a sua presença em mercados hispânicos ligados ao abastecimento dos assentamentos militares a partir da Segunda Guerra Púnica (Adroher Auroux – López Marcos 1996: 14 e 16).

A nível regional e no que se refere a esta categoria de cerâmica, o conjunto mais extenso e eloquente advém precisamente do achado de Arruelas (Imperial 2017: 22).

#### e) Comentário ao conjunto

Embora numericamente pouco expressivo, este conjunto integra nitidamente um fluxo de importações ligado ao processo expansionista romano. Antes de mais, o seu enquadramento deve ser forçosamente articulado com o supramencionado achado de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz) (Fig. 2). A descoberta deu-se durante os trabalhos de construção da autoestrada, a cerca de 4 m de profundidade, nos depósitos de formação aluvionar onde foram recolhidas quatro ânforas Dressel 1, seis recipientes de cerâmica campaniense A (incluindo Lamb. 5 e 27) e um *kalathos*. O conjunto interpretado como pertencente à carga de um navio ligado ao embarque de mantimentos de apoio a acções militares de época romano-republicana, datado entre 140 e 130 a.C. (Imperial 2017: 57), apresenta óbvias similitudes ao nível das categorias constituintes e da sua cronologia com o espólio republicano de Santa Olaia.

Refira-se que o mesmo perfil material se encontra bem atestado em Lisboa, local que terá assumido papel activo no apoio à retaguarda da campanha de Décimo Júnio Bruto, procônsul da província romana da Ulterior em 138 a.C. (Estrabão, III, 3.1). Aí, na zona do Castelo de S. Jorge, surgem as primeiras importações itálicas de meados do século II a.C., concretamente entre 140 e 130 a.C. (Pimenta 2014: 47).

Para este período de grande efervescência político-militar com palco de guerra oscilante entre o Norte de África e a Península Ibérica, o repertório artefactual do mediterrâneo ocidental é tradicionalmente triangulado por três contextos marcantes: a queda de Cartago em 146 a.C.; a fundação de Valência por Décimo Júnio Bruto em 138 a.C.; e o cerco de Numância de 133 a.C.

Assim sendo, nos níveis anteriores ao assédio, tomada e destruição de Cartago (149-146 a.C.) são

frequentes as produções de verniz negro campaniense A, incluindo a forma Lamb. 36. Já as únicas produções anfóricas de âmbito tirrénico identificadas, são Greco-itálicas, não se registando ainda a presença de Dressel 1 (Principal 2013: 338).

Por sua vez, nos níveis fundacionais de Valência, destinada à fixação dos militares licenciados, constata-se a associação de cerâmica de verniz negro itálica (campaniense A seguida de etrusca), ânforas itálicas de tipo Dressel 1 e Greco-itálicas, ânforas púnicas africanas, da área do Estreito e púnico-ebusitanas, cerâmica itálica e cerâmica ibérica (sobretudo *Kalathoi*) (Ribera i Lacomba 2014).

Finalmente, em Numância os materiais relacionados com o abastecimento dos exércitos acampados durante o cerco cipiónico (134/133 a.C.) incluem, dentro das produções finas, cerâmica de verniz negro (dominando as produções etruscas sobre a campaniense A), cerâmica de paredes finas e cerâmica cinzenta catalã. Marcam igualmente presença as ânforas greco-itálicas de transição para a Dressel 1, ânforas púnicas da zona do Estreito e africanas (Principal 2013: 349).

Dentro deste esquema, o lote artefactual de Santa Olaia, tal como o de Lisboa (Pimenta 2014), parece apresentar grande conformidade com os níveis fundacionais de Valência onde, inclusivamente, a forma mais frequente dentro dos pratos campanienses do período médio é a Lamb. 36 (Ribera i Lacomba 2014: 74). Neste sentido, parece não só estabelecido o alvo cronológico da cerâmica da fase romano-republicana de Santa Olaia como o seu eventual contexto de referência – a expedição de Décimo Júnio Bruto.

É igualmente interessante verificar que, contrariamente a outras áreas da costa atlântica, na região de Lisboa não se confirma a presença de produtos da esfera itálica nos finais da Idade do Ferro, nem tão pouco os mesmos ingressam no fluxo de produtos púnicos (Sousa 2017; 2019). Ou seja, a sua ocorrência neste espaço, conjuntamente com outros produtos do Círculo do Estreito (cerâmica tipo Kuass) dá-se já em plena fase romano-republicana (Sousa 2019: 515). Sendo igualmente de sublinhar a já notada precocidade da ocupação romana de Olisipo face à do Algarve que se reportará apenas ao último quartel do século II. a.C. (Arruda – Sousa 2013).

Em Monte Molião, por exemplo, nos contextos republicanos registam-se concomitantemente ânforas



tirrénicas Dressel 1, Greco-itálicas, Maña C2 quadritas e cerâmica de tipo Kuass (Dias 2015: 125) enquanto que o típico agrupamento entre contentores Dressel 1, campaniense A e *kalathoi* ocorre no Forte de S. Sebastião em Castro Marim, em níveis do final do século II a.C. (Arruda – Pereira 2008: 417).

No extremo geográfico oposto, mas com pautas de importação de certa maneira conectáveis, assinala-se a região Noroeste. Efectivamente, à costa galega aportam desde o século III a.C. cerâmicas de ascendência greco-itálica, integradas em circuitos de trocas dinamizados pelo Círculo do Estreito. Dentro das correntes de importações onde dominam os produtos anfóricos gaditanos e a cerâmica comum púnica, identificou-se uma ânfora Greco-itálica e uma MGS IV (González Ruibal 2004; González Ruibal et al. 2007; González Ruibal – Rodríguez Martínez – Ayán Vila 2010; Ferrer-Albelda et al. 2019: 93). Na região, a partir do século II a.C., amplia-se o volume e panóplia dos materiais itálicos, incluindo contentores anfóricos, cerâmica fina e cerâmica comum, muito embora ocupem uma posição residual dentro do grosso dos fabricos da área turdetana. A composição típica destes conjuntos inclui ânforas gaditanas T-7433, Greco-itálicas, Dressel 1, cerâmica de verniz negro itálico, *Kalathoi*, vasos ascóides e cerâmica comum gaditana (González Ruibal – Rodríguez Martínez – Ayán Vila 2010; Ferrer-Albelda et al. 2019: 94). Ou seja, beneficiando das relações comerciais forjadas em época púnico-helenística, Gades, apoiante da facção romana nas guerras lusitanas e na campanha de Décimo Júnio Bruto (Morais 2007), irá assegurar a manutenção dos mercados castrejos do Noroeste, incrementando então naturalmente o volume das produções itálicas (García Fernández et al. 2020: 1526).

Noutros palcos peninsulares, nomeadamente em acampamentos militares como Valdetorres localizado na Estremadura espanhola (Heras Mora 2009) e cidades-porto como Ampúrias (Aquilué et al. 2002), *Tarraco* (Díaz García 2012) ou *Hispalis* (Sevilha) (García Vargas – García Fernandez 2009; García Fernandez – García Vargas 2010), a arqueologia tem vindo a revelar testemunhos similares relacionados com o abastecimento da frente bélica ocidental. No seu conjunto, os dados conhecidos permitem-nos caracterizar, com crescente detalhe, o fluxo de bens dirigido aos pontos de conflito e a composição genérica do *kit* militar

fornecido pelos mercadores encarregados de garantir o aprovisionamento dos contingentes militares.

A nível regional, na área da bacia do Mondego o panorama conhecido revela uma fraca expressão da cultura material de época republicana. Para além do referido naufrágio de Arruelas (Maiorca), note-se que Conimbriga possui um reduzido número de exemplares de cerâmica desta fase onde se incluem ânforas Greco-itálicas, Dressel 1 e Maña C2 (Alarcão 1976; Buraca 2005) e escassos fragmentos de campaniense A (Delgado 1976a: 21) a que se juntam as ânforas Dressel 1 de *Aeminium* (Silva – Carvalho – Fernández Fernández 2018: 134). Desta forma, a colecção de Santa Olaia, compatível com o *kit* cerâmico associado às forças militares romanas (Bayo Fuentes 2010), vem compor o quadro evocativo da presença republicana neste território. Torna-se manifesta a vinculação do sítio à movimentação de tropas no vale do Mondego, possivelmente durante as campanhas do *Galaico*. Ou seja, percebe-se que na região o primeiro contacto com o mundo romano, aparentemente, só se consuma por intermédio deste programa militar.

### 3.2. Período alto-imperial

Em parte, sob influência da opinião expressa por Santos Rocha, tem-se assumido que a ocupação de Santa Olaia tenha sido interrompida entre os séculos I a.C. e III d.C. dada a presumível ausência de materiais enquadráveis naquele hiato cronológico. Para o autor a romanização do outeiro de Santa Olaia ocorrera após o século II (Rocha 1971: 28), tendo em conta o facto de não ter reconhecido a presença de produções finas “aretinas” (itálicas), mas também pela recolha de moedas de Juliano e Teodósio. O suposto abandono do local em finais de época sidérica tem sido atribuído às alterações geomorfológicas do leito do rio que, por sua vez, teriam vedado a possibilidade de acostagem de naves de grande calado neste sítio, sendo o seu porto substituído por um provável ancoradouro localizado em Maiorca (Alarcão 2004: 97).

Ora, pelo exposto até agora, facilmente se percebe que o arqueólogo figueirense não reconheceu como romanos três dos bordos de contentores anfóricos vinários (Dressel 1), por si recolhidos. Mas não só aquelas ânforas terão sido por ele ignoradas. Para grata surpresa, foi possível identificar, entre o espólio recolhido pelo investigador, dois fragmentos de *terra*

*sigillata* – um de produção de tipo itálico e outro proveniente das oficinas do sul da Gália (muito provavelmente de La Graufesenque). O primeiro diz respeito a um prato Consp. 20 (Fig. 10, n.º 1). Parece corresponder à variante Consp. 20.4 (com parede recta e fina remarcada por moldura bem executada), uma das mais comuns e presente em contextos que podem alcançar os decénios centrais do século I d.C. (Ettlinger *et al.* 1990: 86). O segundo fragmento, que apresenta superfícies queimadas, corresponderá a uma taça decorada hemisférica Drag. 37 (Fig. 10, n.º 2), cuja produção se tem tabelado entre a segunda metade do século I d.C. e as primeiras décadas do século II d.C. (Mees 1995: 59).

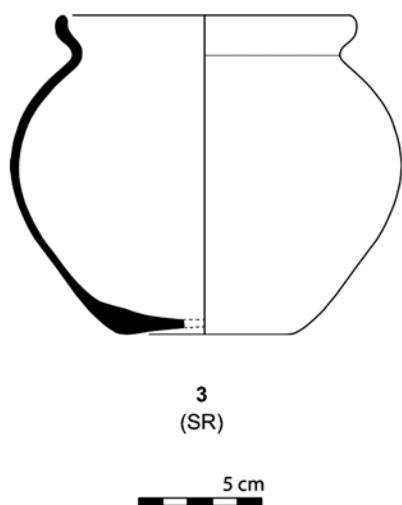
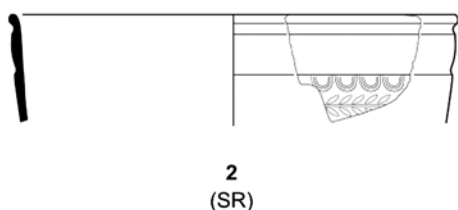
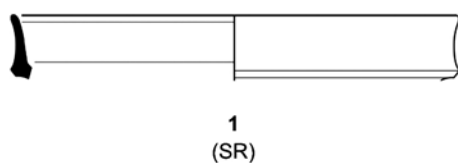


FIG. 10 Cerâmica alto-imperial.

Para além destes exemplares facilmente reconhecíveis, não é fácil isolar, nestes níveis fortemente perturbados pela ocupação de época medieval, aqueles que poderiam fazer parte do conjunto de cerâmica doméstica comum adstrita a este período. Ainda assim, chama-se a atenção para um pequeno pote (Ø12 cm e alt. 13 cm) (Fig. 10, n.º 3) recolhido nas intervenções antigas e que corresponde a uma peça única na estação em termos de tipo e fabrico. Apresenta pasta laranja friável com areia quartzítica e superfície alisada de aspecto granuloso. Encontra semelhança em Conimbriga com a peça n.º 338 em cerâmica laranja grosseira do Alto Império e n.º 148 em cerâmica aluvionar (Alarcão 1975) e com o n.º 449 de necrópole de Vila Viçosa (Nolen 1985: 119). Embora seja prudente não sugerir uma cronologia fina para esta peça, os paralelos apontados parecem consentir a possibilidade de se incluir genericamente neste hiato temporal.

Como se pode constatar, embora os materiais alto-imperiais não estejam totalmente ausentes em Santa Olaia são, no entanto, absolutamente residuais. Caso esta evidência não resulte de qualquer capricho do registo arqueológico, terá forçosamente de se admitir uma alteração da natureza da ocupação do espaço e/ou a perda da relevância estratégica do controlo desta via de penetração estuarina durante um período de estabilidade e acalmia política.

### 3.3. Período tardo-romano

Ainda que presumidos, os contextos tardo-antigos de Santa Olaia eram, até ao momento, pouco ou quase nada conhecidos. Para além das moedas de Juliano e Teodósio referidas por Santos Rocha (1971: 28), não se apresentavam outros testemunhos que pudessem fundamentar convenientemente a noção defendida de que a ocupação romana do outeiro ocorrera após o século II.

Só nos últimos anos, foi possível ir descortinando e juntando todo um conjunto de materiais e contextos estratigráficos que agora, depois de uma análise circunstanciada, testemunham um tempo centrado entre a segunda metade do século IV e a primeira metade do século VI. Na sua maioria, este espólio provém do topo do outeiro, incluindo o pertencente à Coleção reunida por Santos Rocha. Relativamente a esta última, uma revisão mais atenta revela que o autor não terá identificado ou classificado como tal

algumas produções que se filiam neste período tardio, tais como as cerâmicas finas norte-africanas e focenses. Percebe-se agora que algumas destas peças, incluídas na exposição do museu municipal da Figueira da Foz como “fragmentos de louça fina vermelha”, sendo à época desconhecidas (nomeadamente as importações do mediterrâneo oriental), foram indevidamente classificadas como proto-históricas (Rocha 1905: 113, n.º 1622, 1625 e 7920). A este respeito, o carácter selectivo da recolha efectuada por Santos Rocha, que congrega essencialmente peças de qualidade superior, sugere que as produções incaracterísticas de época tardia (particularmente a cerâmica comum) tenham sido, naquela altura, descartadas por associação indevida às produções medievais.

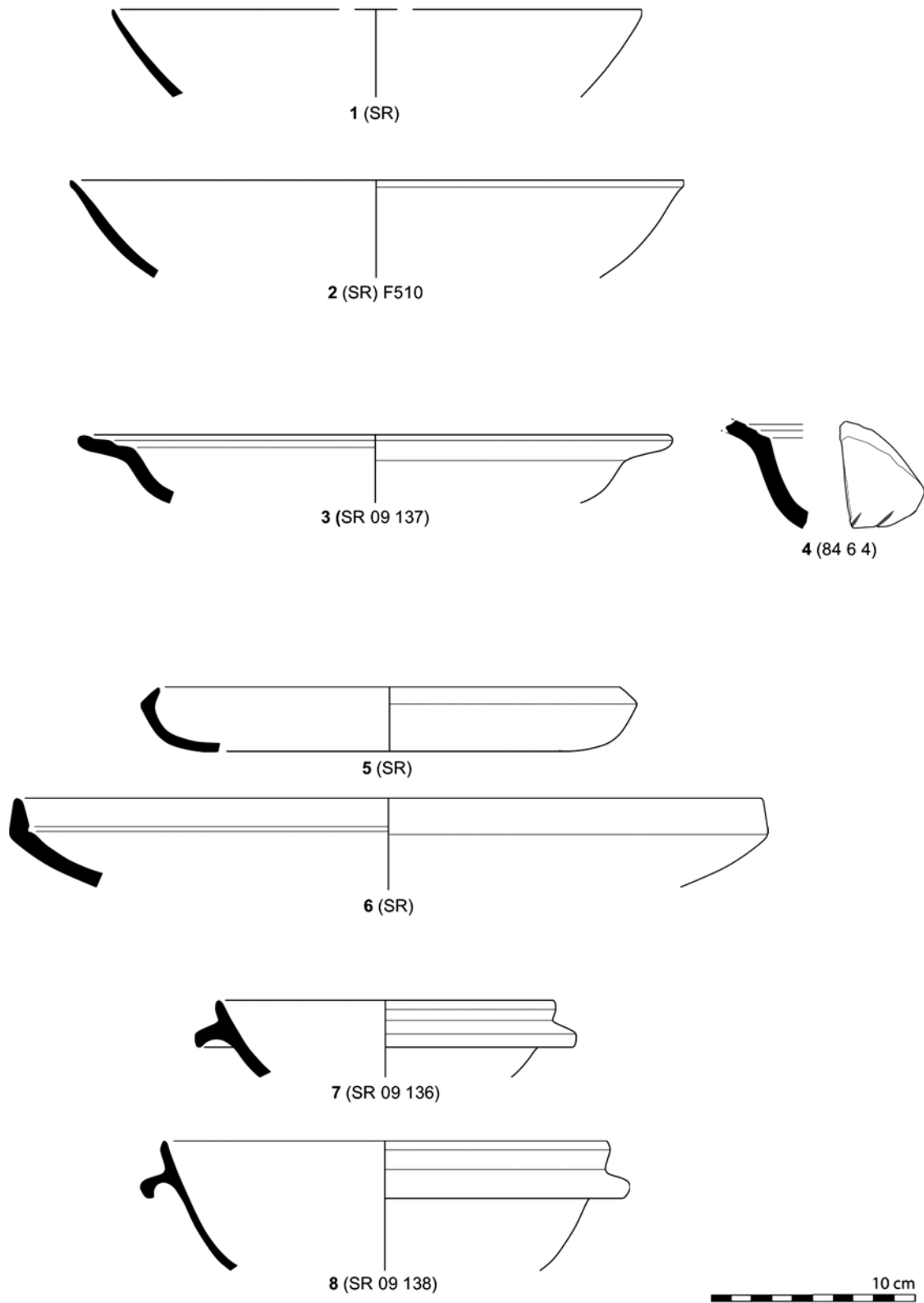
A restante porção deste espólio foi exumada na década de 80. Também nestas campanhas não se registaram contextos estratigráficos preservados desta fase. Porém, constata-se uma concentração de material tardio num nível de destruição, formado por blocos de pedra e material de construção em cerâmica (*imbrices*, *lateres*, *tegulae* e um tijolo de quadrante), em dois pontos da plataforma superior (Fig. 5). Este nível, a que se reportam as camadas [83 7-1], [83 7-1A], [85 7-1A], [85 7-2], [85 15-1] e [53 15-2], encontrava-se, contudo, perturbado e contaminado por vestígios medievais.

A partir dos distintos testemunhos mencionados apresentam-se então os dados que nos podem fornecer pistas adicionais acerca da ocupação e dinâmica comercial de Santa Olaia durante o período tardo-romano.

#### a) Cerâmica fina importada

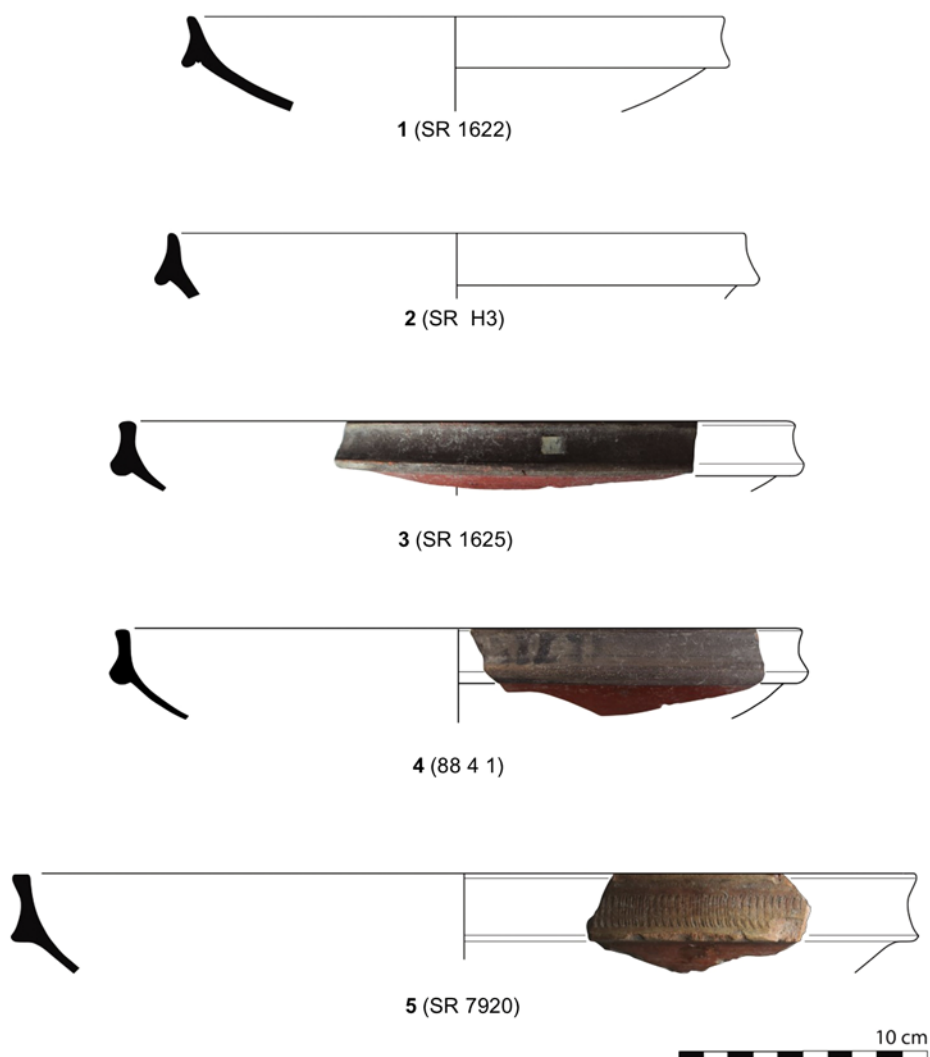
Começamos por destacar o conjunto de cerâmica fina importada constituída por oito exemplares em *terra sigillata* africana (TSA) e outros cinco indivíduos de *terra sigillata* focense (LRC). Entre as primeiras, dominam os serviços provenientes das olarias do norte da Tunísia (fabrico D1 – 6 NMI) face à presença residual, com dois exemplares, da forma Hayes 50B (Fig. 11, n.º 1 e 2) provenientes de *Bizacena* (fabrico C3) e datadas de c. 350-400 (Hayes 1972: 73). Das produções norte-tunisinas (provavelmente oriundas de olarias em torno de Cartago) destaca-se a presença das formas Hayes 59, Hayes 61 e Hayes 91, cada uma representada por dois exemplares. O prato Hayes 59 que corresponde a uma das formas mais típicas das

produções africanas e mais frequente em certos contextos como *Bracara Augusta* (Delgado *et al.* 2014) ou *Conimbriga* (Delgado 1975) parece encontrar-se aqui representado pela sua variante A (Fig. 11, n.º 4) e variante B (Fig. 11, n.º 3), podendo assim integrar-se genericamente entre c. 320 – 400/420 (Hayes 1972: 100). De igual modo também os pratos, seus contemporâneos, da forma Hayes 61 surgem representados pela variante A (Fig. 11, n.º 5) e variante B (Fig. 11, n.º 6) ou B2 de Bonifay (2004: 168). Esta forma e respectivas variantes são habituais em contextos datados do século IV e primeira metade do século V (Hayes 1972: 84; Bonifay 2004: 171). Apesar de se verificar alguma amplitude cronológica, estas duas formas são habitualmente associadas a ambientes da 2.ª metade do século IV. Aliás, este tipo de pratos (Hayes 50B, Hayes 59 e Hayes 61B), surgindo em conjunto, parece dominar os contextos daquela cronologia na faixa litoral atlântica peninsular (Fernández Fernández 2014a: 92). No entanto, deveremos registar a presença de dois exemplares da forma Hayes 91 que poderão situar-se entre as variantes mais tardias. Uma parece enquadrar-se na variante C (Fig. 11, n.º 8) e a outra, com paredes mais espessas e de mais difícil classificação, poderia integrar-se na denominada variante B tardia (Fig. 11, n.º 7), demonstrando, inequivocamente, que estas importações se mantinham activas pelo menos nas primeiras décadas/meados do século VI (Hayes 1972: 144; Bonifay 2004: 177-179). Situação que surge reforçada com a presença das restantes peças importadas documentadas e que correspondem a *sigillatas* focenses tardias (LRC) provenientes do Mediterrâneo oriental. Estas peças distinguem-se facilmente pelas suas pastas vermelhas-alaranjadas, muito compactas e depuradas, com superfícies alisadas e com sinais leves de espátula e revestimento por aguada/engobe pouco espessa. Alguns fragmentos de bordo apresentam uma coloração exterior enegrecida (Fig. 12), explicada pelo próprio sistema de empilhamento praticado durante o processo de cozedura. A forma Hayes 3 surge como a mais comum um pouco por todo o Mediterrâneo ocidental e, tal como se regista noutros sítios mais próximos (como *Aeminium* – Silva – Fernández Fernández – Carvalho 2015), também em Santa Olaia é a única que surge representada para esta produção (Fig. 12), apontando para um período genérico compreendido entre os meados do séc. V e a primeira



**FIG. 11** *Terra Sigillata Africana*.





**FIG. 12** Terra Sigillata Focense.

metade do séc. VI (Hayes 1972: 329-338). A atribuição de variante a esta forma é um exercício difícil (Reynolds 1987: 109) e falível (Delgado 1975: 285). Deste modo, assumindo as devidas reservas, mas perante a exibição de alguns aspectos comuns – serem genericamente taças (com diâmetros predominantes entre os 22 e 27cm de diâmetro) com bordos rectos que, embora muito variáveis, apresentam perfis côncavos na sua parte exterior – pensamos poder incluí-los na variante C. A única excepção respeita ao indivíduo que ostenta moldura abaixo do bordo (Fig. 12, n.º 1) que se deverá integrar na variante E. Se assim for, do ponto de vista cronológico significa que apesar da forte presença de elementos datados da segunda metade do século V (variante C – Hayes, 1972: 329) esta variante E, que Hayes (1972: 331) considera a continuação do modelo anterior, vem inaugurar uma nova série de

peças típicas que predominam na fachada atlântica em contextos dos finais do século V e primeira metade do seguinte (Fernández Fernández 2014b: 233).

#### **b) Cerâmica de produção regional**

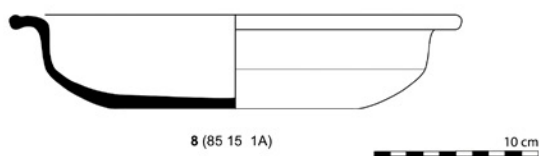
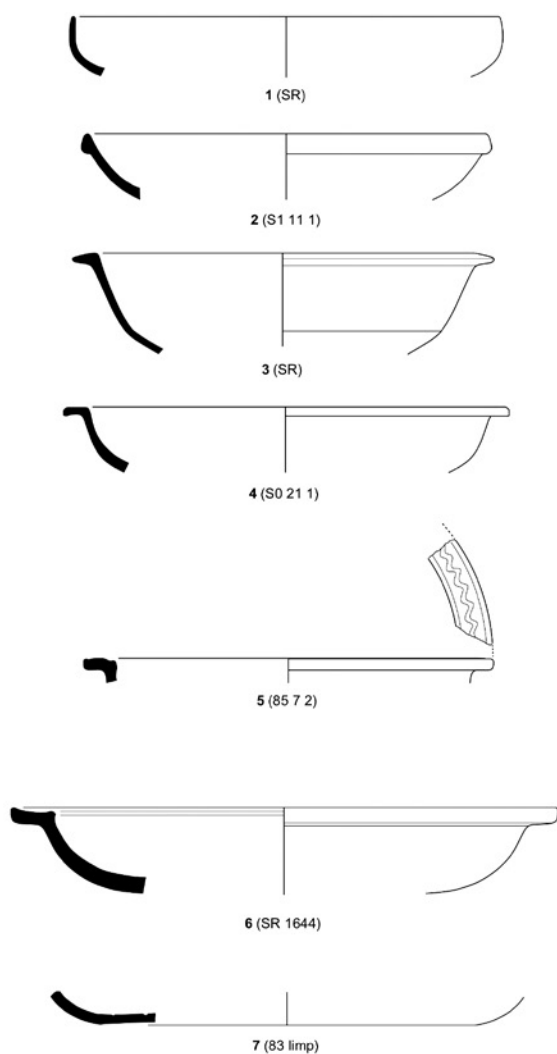
Para além de se assinalar a presença de materiais importados norte-africanos e orientais deverá sinalizar-se um outro grupo de cerâmica de mesa de produção regional que imita ou se inspira nestes modelos exógenos. Estes fabricos surgem, por exemplo, designados na bibliografia de *Conimbriga* como *céramique orangée fine du Bas Empire* (Alarcão 1975: 93), *céramique de Avelar* (Alarcão 1975: 99) e “imitação local de sigillata clara D” (Delgado 1975: 271). Os exemplares de Santa Olaia que se poderão integrar neste grande grupo (Fig. 13, 1 a 7) possuem pastas alaranjadas, compactas, mais ou menos depuradas,

com desengordurantes visíveis (essencialmente mica, quartzo e partículas ferruginosas). Acabam por revelar alguma heterogeneidade sobretudo ao nível do tratamento superficial que inclui do simples alisamento, à aplicação de aguadas ou engobes mais ou menos espessos.

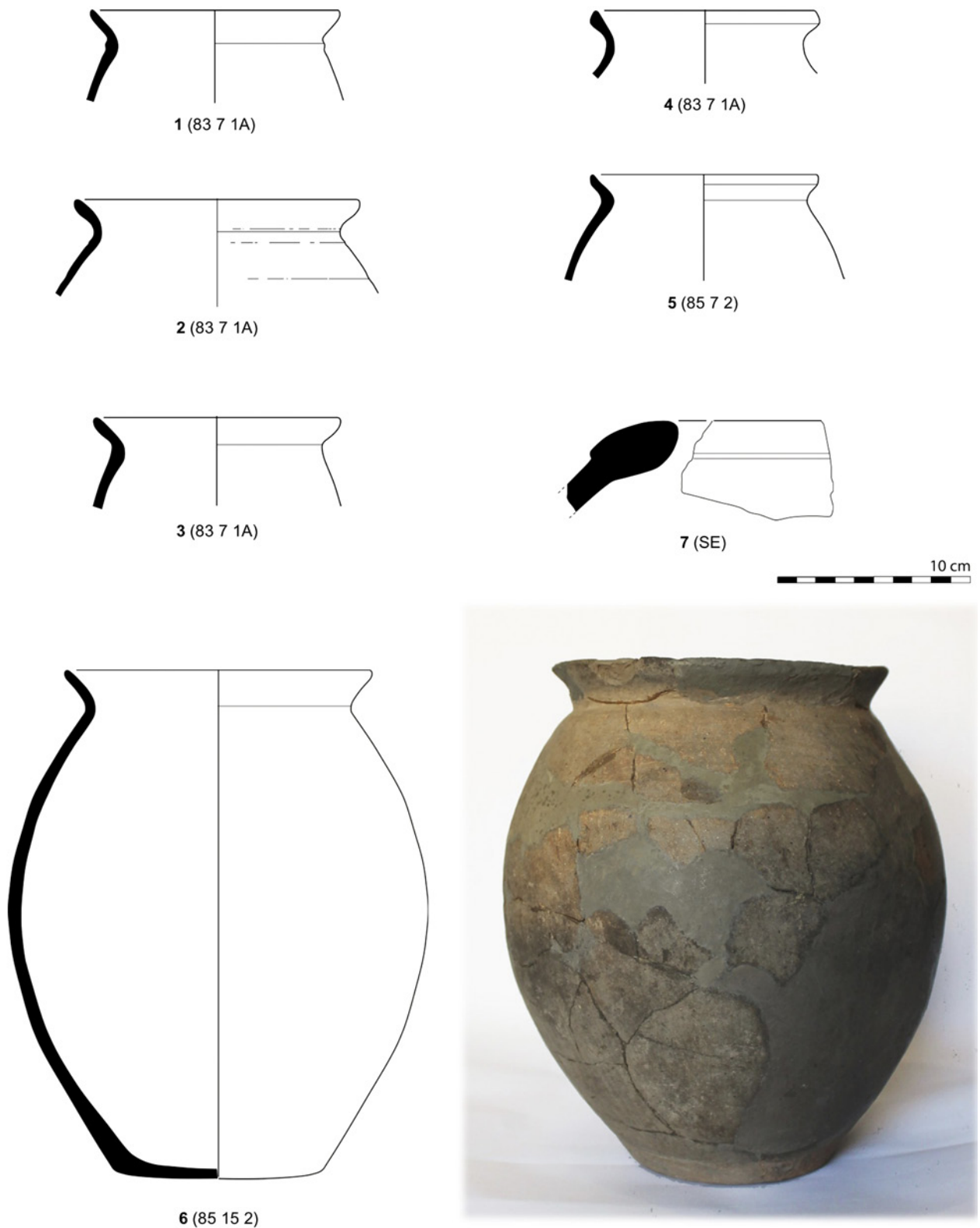
Alguns estudos têm vindo a destacar a hegemonia destas produções nos mercados regionais de cerâmica de mesa (Fernández Fernández – Morais 2012; Silva – Fernández Fernández – Carvalho 2015) desde os meados do século IV até aos inícios do século V. Este fenómeno curioso é também interessante na medida em que alguns dos exemplares recuperados acabam por apresentar cronologias idênticas às formas importadas em que se inspiram. Entre estas destacamos a presença maioritária de grandes pratos com bordo em aba. Alguns indivíduos parecem imitar

claramente a forma africana Hayes 59 (Fig. 13, n.º 6) ou inspirar-se neste modelo (Fig. 13, n.º 4). Um dos casos apresenta meandro inciso sobre a aba (Fig. 13, n.º 5) assemelhando-se a um exemplar de produção alaranjada fina de *Conimbriga* (Alarcão 1975: n.º 649). Outras formas (Fig. 13 – 1 a 3), incluindo também tigelas, são de mais difícil classificação pois embora assemelhando-se a formas importadas contemplam pormenores originais que revelam algum hibridismo. É o caso, por exemplo, da taça n.º 2 (Fig. 13) com paralelo em *Conimbriga* (Alarcão 1975: n.º 643A) e que parece inspirar-se na variante H da forma 3 de Hayes de *Late Roman C.*

Toda esta panóplia de formas revela não só um grande dinamismo das produções regionais como também, e concomitantemente, um largo quadro cronológico que se poderia balizar entre os séculos IV e VI.



**FIG. 13** Cerâmica Comum Tardia – Formas abertas.



**FIG. 14** Cerâmica Comum Tardia – Formas fechadas.

Do conjunto, sobressai uma peça de aparência cinzenta que apresenta pasta densa e muito compacta com polimento interno (Fig. 13, n.º 8). Este prato com bordo em aba horizontal (Ø 28 cm) deverá enquadrar-se no que em *Conimbriga* foi designado por *céramiques grises du Bas-Empire* (Delgado 1976b: 65-69), fruto de alguns exemplares recolhidos se mostrarem claramente inspirados em modelos de sigillata norte-africana D ou nas vulgarmente denominadas *sigillatas paleocristãs*. Os conjuntos de referência para estas produções carecem de aprofundada revisão. Ainda assim, parece seguro incluir-se este exemplar dentro dos fabricos locais/regionais integrados num horizonte cronológico que começa a ganhar expressão a partir de finais do século IV.

Por último, deverá chamar-se a atenção para a ocorrência de peças fechadas em cerâmica comum cujo fabrico, bem distintivo, se encontra ausente nas produções sidéricas (Almeida *et al.* 2021) e nas posteriores já alto-medievais (Nazaré 2013). Distingue-se pelas suas pastas leves, medianamente compactas do laranja vivo ao acastanhado, temperadas com calcite e quartzo leitoso e superfícies alisadas (ásperas) ou com polimento vertical grosseiro. A forma, que surge repetidamente na estação, corresponde a um pote de média dimensão de bordo simples em aba soerguida (Fig. 14, 1 a 6). Este formato encontra paralelo em peças dos séculos IV ao VI, da Torre da Marinha em Aveiro (Gomes 2006: 44 e 45) e em cerâmica calcária de *Conimbriga* (Alarcão 1975: n.ºs 407 e 425).

### c) Breve comentário

Do estudo destes materiais depreende-se a existência de um expressivo horizonte de ocupação não apenas centrado no século IV e inícios do V, mas que também denota uma presença persistente nos inícios do século VI. Comprova-se, deste modo, a continuidade de ocupação deste local em período tardio e a sua conversão num outro tempo que se estende pela Antiguidade Tardia e Alta Idade Média.

Estes dados acrescentam consistência aos traços do período tardo-antigo de uma região ainda com poucos indicadores. Como já havia sido notado (Silva – Fernández Fernández – Carvalho 2015: 238-239), continua a constatar-se uma reiterada escassez de cerâmicas finas e ânforas orientais tardias (datadas dos séculos V e VI) em toda a região centro do país.

No contexto regional mais próximo destaca-se largamente *Conimbriga* com uma colecção considerável de fragmentos de *sigillata* focense (Delgado 1975: 285-291), ânforas orientais tardias (Alarcão 1976; Pl. XIX, n.º 65 e Pl. XXII, n.º 52) e até, por exemplo, quatro ponderais bizantinos (Alarcão 1994: 47 e n.º 415.16 a 19). Na capital deste território, em *Aeminium*, foi também testemunhado um conjunto de materiais orientais tardo-antigos com datação centrada entre os finais do século IV e os inícios do século VI (Silva – Fernández Fernández – Carvalho 2015). Porém, como se constata no caso de Santa Olaia, esta escassez poderá ser meramente aparente e justificada pela carência de estudos e publicações deste tipo de material ou, até mesmo, pela deficiente classificação ou dificuldade na sua identificação.

Os elementos que se começam a compilar, mostram claramente que esta região do Baixo-Mondego por intermédio destes sítios implantados junto ao litoral atlântico revela padrões de comercialização semelhantes aos que se verificam em latitudes mais meridionais ou no noroeste peninsular, assistindo-se à continuidade das importações do Mediterrâneo Oriental adentro o século V e primeira metade do século VI. A manutenção ou reactivação dos circuitos de distribuição parece ter sido uma realidade através dos rios navegáveis até, pelo menos, os meados do século VI.

## 4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS FASES ROMANAS DE SANTA OLAIA

Dadas as actuais circunstâncias da investigação, o mobiliário arqueológico afigura-se como o principal guia para delinear a narrativa da ocupação romana de Santa Olaia. Da leitura dos restos materiais sobressaem três momentos, três fases ou três faces, dentro deste amplo ciclo temporal. Momentos estes que se adivinham atravessados por uma profunda reformulação e adaptação da estação e do seu modelo de funcionamento no quadro do estuário do Mondego face às rupturas operadas na conjuntura política global.

Tal como fica expresso no seu padrão associativo e cronológico, o conjunto artefactual enquadrável na fase romano-republicana poderá vincular a estação a um episódio histórico específico – a incursão do procônsul da província Ulterior ao longo da fachada



atlântica em 138 a.C. No seguimento deste processo de fulgor expansionista, os corredores fluviais terão funcionado como bases estratégicas de irradiação, fixação e controle territorial. À semelhança do que sucedeu no vale do Tejo, também o vale do Mondego terá proporcionado à facção romana uma via intermédia de penetração no *hinterland*. E deste modo, perante o cenário de instabilidade política ganham especial realce as características naturais do outeiro, a escassas 8 milhas (72 estádios) da costa. À capacidade de controle efectivo do rio, somam-se as condições de atracagem que permitem que o local pudesse ser convertido numa base naval de auxílio às campanhas ofensivas. Esta associação à movimentação de tropas no contexto da campanha de Décimo Júnio Bruto, sugerida pelos materiais, permite conjecturar que em Santa Olaia, à imagem de Lisboa, se instalasse um posto de retaguarda, destinado ao apoio na progressão dos contingentes militares. No entanto, não se deverá descartar a possibilidade dos testemunhos estudados se enquadrarem num momento imediatamente subsequente, dentro da segunda metade do sec. II a.C., em que se regista a necessidade de manutenção de portos activos e rotas dinâmicas de abastecimento aos exércitos que continuam operando no interior dos principais vales fluviais depois da campanha de pacificação de 138 a.C.

Nesta época, pese embora conservasse plena navegabilidade até Coimbra (*Aeminium*), localizada no fundo do estuário, o rio já não correspondia à ampla bacia da Idade do Ferro. Durante a II Idade do Ferro o progressivo assoreamento foi empurrando e retraindo o vale aluvionar em direção ao mar. Por esta altura o delta fluvial cercaria Santa Olaia, fazendo com que a navegação tivesse de ser dirigida de forma cuidadosa pelos canais principais, evitando as zonas entremarés (Wachsmann *et al.* 2009: 12). Desta forma, atendendo à localização do naufrágio de Arruelas (Maiorca), ganha consistência a hipótese de o navio, no seu percurso para Santa Olaia, ao desviar-se do canal principal ter encalhado nos baixios de areia sedimentar precipitados pelo rio de Foja. E, assim sendo, os dois sítios arqueológicos enleam-se-iam na mesma rede de circuitos institucionais de apoio ao exército romano.

Afigura-se, portanto, provável que no último terço do século II a.C. a área portuária de Santa Olaia, pela sua capacidade de controle e domínio do Mondego,

gozasse de protagonismo no âmbito da estratégia de gestão territorial e do apoio logístico à frota republicana.

Curiosamente esse dinamismo parece esmorecer no período imperial. É interessante notar como os testemunhos desta fase são meramente vestigiais. Ou seja, sem que se tenha dado o abandono do outeiro, a ocupação transfigurou-se de uma forma peculiar, saldada na redução da sua expressão arqueológica. Parece certo que com a pacificação e estabilização do território e a reorientação dos circuitos comerciais, em função do desenho da nova administração provincial, o recorte geográfico da estação tenha perdido interesse. Observando-se a sua substituição por outros locais mais favoráveis, como parece ter sido o caso de Maiorca. De todo o modo, a importância simbólica ou prática (portuária) do local impediu que o mesmo se ermasse por completo.

Ficam ainda por encadear alguns vestígios desgarrados como é o caso do forno de produção de cerâmica ao largo do Ferrestelo (Pereira 1993) e os vários contextos funerários escavados nos finais do século XIX (Rocha 1971: 28 e 92) e XX que poderão ter conexão a esta fase. Não será inclusive descabido pensar-se, em sintonia com o que defendeu Santos Rocha, que o domínio que a colina exercera no espaço circundante fosse agora assegurado noutra plano, eventualmente sob a tutela de um templo ou espaço sagrado, missão que ainda hoje continua a cumprir.

Paradoxalmente, após esta etapa de penumbra e desconhecimento generalizado acerca dos seus moldes de ocupação, o processo de desagregação da estrutura administrativa clássica parece trazer um renovado folego a Santa Olaia. De novo, perante uma conjuntura hostil, de turbulência política, social e económica e crescente ameaça, associada à decadência do império, o perfil natural de Santa Olaia ressalta no quadro do domínio do estuário. A forma como se integra no rio torna este lugar apropriado para acolher em segurança as cargas marítimas e funcionar como posto estratégico dentro da rede de povoamento e de redistribuição comercial. Surgem, pois, testemunhos do retomar do acesso aos principais mercados mediterrâneos, sinal de uma renovada pujança económica do local. Esta aparente revitalização do sítio pode ser fixada a partir do século IV, mantendo-se pela Antiguidade Tardia e Alta Idade Média.

Presume-se que nesta altura o local tenha adoptado um modelo de desenvolvimento assente no controle da entrada no vale navegável do Mondego, em concomitância com a dinamização da actividade portuária parecendo retomar, em certa medida, a função de entreposto comercial. Não deixa de ser irónico que passado mais de um milénio da sua fundação por gentes orientais, a Santa Olaia do século VI se volte a enredar e a estar novamente integrada numa rede de contactos que a ligam ao Mediterrâneo Oriental. Finalmente, é difícil ignorar que a filiação toponímica do lugar radica num episódio desta época – um martírio com palco em Mérida, na primeira metade do século IV, na sequência do édito de Diocleciano (Gil Fernández 2000). A este respeito, embora não seja possível constatar a consagração de um culto em período paleocristão o mesmo não deverá ser inteiramente descartado.

Em síntese, a cultura material de época romana de Santa Olaia traduz, na cadência das suas ocupações, o pulsar da estação. Destaca-se, do que fica expresso, um sítio que prospera ciclicamente na adversidade, que serve os períodos conturbados e de instabilidade social, que renasce quando é preciso assegurar um controle de proximidade do curso do rio e garantindo a segurança do que se encontra a montante – as estruturas de carácter urbano, os campos, as serras... É nesta dialéctica que se antevê a lógica de funcionamento deste modesto e atrevido outeiro a despegar-se das faldas calcárias, de face voltada para ao Oceano.

### Agradecimentos

Agradecemos ao Museu Municipal Santos Rocha na figura da sua Directora Ana Margarida Ferreira as facilidades concedidas no acesso ao fundo documental e reserva arqueológica e aos restantes funcionários e colaboradores todo o apoio prestado.

### Bibliografia

- ADROHER AUROUX, A. – LÓPEZ MARCOS, A. (1996) – Las cerámicas de barniz negro. II. Cerámicas campanienses. *Florentia iliberritana: Revista de estudios de antigüedad clásica*, 7, 11-37.
- ALARCÃO, A. (1994) – *Museu Monográfico de Conímbriga: colecções*. Lisboa: IPM.
- ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conímbriga V. La céramique commune locale et régionale*. Paris: Éditions de Boccard.
- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In *Fouilles de Conímbriga*. VI, *Céramiques Diverses et Verres*. Paris: Éditions de Boccard, 79-91.
- ALARCÃO, J. (2004) – In *Territorio Colimbrie: Lugares Velhos (e alguns deles deslembados do Mondego)*. (Trabalhos de Arqueologia, 38). Lisboa.
- ALMEIDA, R. – ARRUDA A. M. (2005) – As ânforas de tipo Mañá C em Portugal. In *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici i Punici*. 3. Palermo, 1319-1329
- ALMEIDA, S. – VILAÇA, R. (2020) – Santa Olaia: a centre of phoenician influence in River Mondego (Portugal). Assessment and expectations. In CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZALEZ, E. (eds.) – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterraneo. Actas del IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. (Mytra 5). Mérida, 1495-1504.
- ALMEIDA, S. – PRUDÊNCIO, I. – MARQUES, R. – DIAS, M. I. – RUSSO, D. (2021) – Os Cacos. Sempre os Cacos... Notas sobre a produção de cerâmica em Santa Olaia na Idade do Ferro. In FERREIRA, A. M. – VILAÇA, R. (coords.) – *Santos Rocha. Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz*. Figueira da Foz, 155-167.
- AQUILUÉ, X. – CASTANYER, P. – SANTOS, M. – TREMOLEDA, J. (2002) – El Campo de Silos del área Central de la Ciudad Romana de Empúries. *Romula*, 1, 9-38.
- ARRUDA, A. M. – PEREIRA, C. (2008) – As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim. *Xelb*, 8, 391-421.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *Spal*, 22, 101-141.
- BAYO FUENTES, S. (2010) – *Contestania Ibérica entre los siglos II e I a.n.e.: Plobamiento y romanización*. Tese de Doutoramento. Universidad de Alicante.
- BERNAL, D. – LORENZO, J. – EXPÓSITO, J. – SÁEZ, A. – DÍAZ, J. (2004) – Las innovaciones tecnológicas itálicas en la alfarería gadirita (s. II a.C.): a propósito del taller anfórico de la Avda. de Portugal. In BERNAL, D. – LAGÓSTENA, L. (eds.) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. 2. Oxford, 621- 632.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. (BAR International Series, 1301). Oxford: Archaeopress.
- BURACA, I. (2005) – *Civitas Conímbriga: Ânforas romanas*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CAMUÑA PARDO, D. (2016) – Los kalathoi ibéricos: funcionalidad, contenido y simbolismo. el ejemplo de la Cesetania. In MARTÍNEZ GARCÍA, J. – GARCÍA CARRERAS, L. – LÓPEZ MUÑOZ, D. – CARAVACA GUERRERO, C. – SÁNCHEZ MONDÉJAR, C. – MOLINA VALERO, C. – ANDRÉS NICOLÁS, M. – CONESA NAVARRO, P. (coords.) – *Construyendo la Antigüedad. Actas del III Congreso Internacional de Jóvenes Investigadores del Mundo Antiguo*. (CIJIMA III). Murcia, 263-318.

- CONDE BERDÓS, M. J. (1991) – Les productions de kálathoi d'Empúries i la seva difusió mediterrània (segles II-I a.C.). *Cypsela*, 9, 141-168.
- DELGADO, M. (1975) – Les sigillées claires. In ALARCÃO, J. – ÉTIENNE, R. (eds.) – *Fouilles de Conimbriga*, IV, *Les Sigillées*. Paris, 249-316.
- DELGADO, M. (1976a) – Céramiques campaniennes et de type campanien. In *Fouilles de Conimbriga*, VI, *Céramiques Diverses et Verres*. Paris, 21-26.
- DELGADO, M. (1976b) – Céramiques grises du Bas-Empire. *Fouilles de Conimbriga*, VI, *Céramiques Diverses et Verres*. Paris, 65-70.
- DELGADO, M. – FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. – QUARESMA, J. C. – MORAIS, R. (2014) – Una aproximación a la terra sigillata africana de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm Acta* 43. Bonn, 671-680.
- DESBAT, A. (1998) – L'arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du congrès d'Istres*. Marseille, 31-35.
- DIAS, V. (2015) – A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos: os hábitos de consumo no litoral algarvio durante os séculos II a.C. e I a.C. *Spal*, 24, 99-128.
- DÍAZ GARCÍA, M. (2012) – *Conjunts ceràmics dels segles II-I aC a Tarragona. Producció, comerç i consum en la Tàrraco republicana*. Tesis Doctoral. Universitat Rovira i Virgili. <https://www.tesisenred.net/handle/10803/101528>
- ETTLINGER, E. – HEDINGER, B. – HOFFMANN, B. – KENRICK, P. – PUCCI, G. – ROTH-RUBI, K. – SCHNEIDER, G. – SCHNURBEIN, S. V. – WELLS, C. M. – ZABEHLICKY-SCHEFFENEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. (Materialen zur romisch-germanischen Keramik 10). Bonn.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2014a) – *O comercio tardoantigo no Noroeste Peninsular. Unha análise de Galicia sueva e visigoda a traves do rexistro arqueolóxico*. Noia, Galiza: Ed. Toxosoutos.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2014b) – *El comercio tardoantigo (ss. IV–VII) en el Noroeste Peninsular a partir del registro cerámico de la Ría de Vigo*. (RLAMP 5). Oxford.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. – MORAIS, R. (2012) – *Terra Sigillata Bracarense Tardía* (Tsbt). O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (Delgado 1993-94). O Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). In BERNAL CASASOLA, D. – RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) – *Cerâmicas Hispanorromanas II*. Cádiz, 131-174.
- FERNÁNDEZ IZQUIERDO, A. (1995) – Presencia de *kalathoi* en yacimientos submarinos valencianos. *Saguntum*, 29, 123-129.
- FERRER-ALBELDA, E. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – SÁEZ ROMERO, A. M. – RODRÍGUEZ-CORRAL, J. – ALBUQUERQUE, P. (2019) – A Rota do Estanho: Gadir e o comércio fenício no Noroeste da Ibéria (Séculos IV – II a.C.). *Hélade*, 5(2), 83-117.
- FRANKENSTEIN, S. (1997) – *Arqueología del colonialismo – El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – GARCÍA VARGAS, E. (2010) – Entre gaditanización y romanización: repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a.C.). In MATA PARREÑO, C. – PÉREZ JORDÀ, G. – VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J. (eds.) – *De la cuina a la taula*, València, 115-134.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – FERRER ALBERDA, E. – RODRÍGUEZ-CORRAL, J. – SÁEZ ROMERO, A. M. – REY CASTIÑERA, J. (2020) – La presencia fenicio-púnica en los confines de Iberia. In CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.) – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo. Actas do IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. (Mitra 5). Mérida, 1513-1530.
- GARCÍA VARGAS, E. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2009) – Romanización y consumo: cambios y continuidades en los contextos cerámicos de Hispalis en épocas turdetana y romano-republicana. *Spal*, 18, 131-165.
- GATEAU, F. (1990) – Amphores importées durant le IIe s. av. J.C. dans trois habitats de Provence occidentale: Entremont, le Baou-Roux, Saint-Blaise. *Documents d'Archéologie Méridionale*, 13, 163-183.
- GIL FERNÁNDEZ, J. (2000) – La pasión de Santa Eulalia. *Habis* 31, 403-416.
- GOMES, A. S. (2006) – Análise artefactual – A cerâmica comum. In SARRAZOLA, A. – SILVA, I. – *POTOR Povoado da Torre – Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos/Relatório Final*. Lisboa, 36-49.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2004) – Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the NW of Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*, 23, 287-317.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. – RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R. – ABOAL FERNÁNDEZ, R. – CASTRO HIERRO, V. (2007) – Comercio mediterráneo en el castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia): siglo II a. C. – inicios del s. I d.C. *Archivo Español de Arqueología*, 80, 43-74.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. – RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R. – AYÁN VILA, X. (2010) – Buscando a los púnicos en el Noroeste. *Mainake*, XXXII:1, 577-600.
- GUERRA, A. V. (1971) – O outeiro de Santa Olaia e a arqueologia portuguesa (II). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, 305-306.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London.
- HERAS MORA, F. J. (2009) – El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana. In MORILLO, A. – HANEL, N. – MARTIN, E. (eds.) – *Actas del XX Congreso Internacional de estudios sobre la frontera romana*. (Anejos de Gladius, 13:1). Madrid, 315-327.
- IMPERIAL, F. (2017) – *O sítio arqueológico de Maiorca no contexto da conquista romana do Ocidente Peninsular*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- IZQUIERDO PERAILE, I. – ALAOUI, M. K. – BONET ROSADO, H. – MILOU, I. (2001) – Las fases púnico-mauritanas I (175/50 a 80/50 a.C.) y II (80/50 a.C. – 15 d.C.). In ARANEGUI GASCÓ, C. (ed.) – *Lixus. Colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupación medieval*. (Saguntum Extra 4). Valencia.
- LEAL, A. S. P. (1875) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geográfico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Volume 5, Lisboa.
- MATA PARREÑO, C. – BONET ROSADO, H. (1992) – La cerámica ibérica: ensayo de tipología. In *Estudios de arqueología ibérica y romana: homenaje a Enrique Pla Ballester* (Trabajos Varios, 89). Valencia, 117-173.

- MEES, A. (1995) – *Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*, Stuttgart
- MORAIS, R. (2007) – A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península. *Humanitas*. 58, 99-132.
- NAZARÉ, M. J. (2013) – *Cerâmicas medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) depositadas no Museu Municipal Santos Rocha*. Relatório de estágio de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- NOLEN, J. S. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa.
- PEACOCK, D. P. S. – WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy, an Introductory Guide*. London.
- PEREIRA, I. (1986) – Castro de Santa Olaia. *Informação Arqueológica*. 7, 29-33.
- PEREIRA, I. (1993) – *Intervenção arqueológica de emergência em Santa Olaia e Ferrestelo*. Relatório técnico submetido ao IPAAR. Policopiado.
- PEREIRA, I. (2009) – As actividades metalúrgicas na I.ª e II.ª Idade do Ferro em santa Olaia – Figueira da Foz. *Conimbriga*. 48, 61-79.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. (Trabalhos de Arqueologia, 41). Lisboa.
- PIMENTA, J. (2014) – Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Jvnio Bruto. In *Atas “Congresso Conquista e Romanização do Vale Do Tejo”*. (Cira Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira, 44-60.
- PRINCIPAL, J. (2013) – Cuando Arqueología e Historia se dan la mano: Cartago y Numancia, dos buenos referentes. In RIBERA, A. (ed.) – *Manual de cerâmica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Madrid, 331-356.
- RAMÓN TORRES, J. (1995) – *Las Ânforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. (Collecció Instrumenta, 2). Barcelona.
- REYNOLDS, P. (1987) – *El yacimiento tardorromano de Lucentum (Banalua- Alicante): Las cerâmicas finas. Catálogo de fondos del Museo Arqueológico (II)*. Alicante.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2014) – La Fundación de Valentia: História, Arqueologia, ritos, Basureros y Cabañas. In *Actas “Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. (Cira Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira, 61-85.
- ROCHA, A. S. (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz – Catálogo geral*. Figueira da Foz.
- ROCHA, A. S. (1971) – *Memórias e Explorações Arqueológicas: Estações Pré-Romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Vol. 2. Coimbra (2.ª ed.).
- SILVA, R. C. – FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. – CARVALHO, P. (2015) – Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de *Aeminium* (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 18, 237-256.
- SILVA, R. C. – CARVALHO, P. C. – FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2018) – La cerâmica de importación de los contextos de época Claudia del *forum de Aeminium* (Coimbra, Portugal). *Spal*. 27:1, 119-143.
- SOUSA, E. (2017) – Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no ocidente atlântico. *Ophiussa*. 1, 91-104.
- SOUSA, E. (2019) – O comércio na costa atlântica portuguesa durante a segunda metade do 1.º Milénio a.C. In FERRER ALBELDA (ed.) – *La ruta de las Estrimnides*. (Monografías de GAHIA, 4). Alcalá de Henares/Sevilla, 499-520.
- WACHSMANN, S. – DUNN, R. K. – HALE, J. R. – HOHLFELDER, R. L. – CONYERS, L. B. – ERNENWEIN, E. G. – SHEETS, P. – BLOT, M. L. P. – CASTRO, F. – DAVIS, D. (2009) – Paleo-environmental contexts of phoenician anchorages, Portugal. *The International Journal of Nautical Archaeology*. 38:2, 221-253.



## POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. O volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (peer review). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores. O conteúdo dos trabalhos é da inteira respon-

sabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial. A Revista *Ophiussa* segue as orientações estabelecidas pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas. As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. Para efeito de detecção de plágio será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.urbund.com/pt-br/>).

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço [www.ophiussa.letras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.letras.ulisboa.pt), onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações: [ophiussa@letras.ulisboa.pt](mailto:ophiussa@letras.ulisboa.pt)



## EDITORIAL POLICY

*Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started in 1996, with the edition of volume 0. From 2017, this journal is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

*Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peerreview process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality. The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors. The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board. The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published. Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. In order to detect plagiarism, the URKUNDU platform will be used.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address <http://ophiussa.letras.ulisboa.pt>, where one can consult the entire edition.

For more information contact: [ophiussa@letras.ulisboa.pt](mailto:ophiussa@letras.ulisboa.pt)

## ÍNDICE

O tecno-complexo Acheulense em Portugal: contribuição para um balanço dos conhecimentos	5
CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	
.....	
Brief overview of zooarchaeological research within the framework of Middle Palaeolithic subsistence theories	31
MARIANA NABAIS	
.....	
A distribuição espacial dos materiais líticos da UE003 do Rodo: testemunho de reocupações do sítio ao longo do Tardiglacial?	47
CRISTINA GAMEIRO, THIERRY AUBRY, BÁRBARA COSTA, SÉRGIO GOMES, YANN LE JEUNE, CARMEN MANZANO, MAURIZIO ZAMBALDI	
.....	
O sítio do Neolítico Antigo de Montum de Baixo (Melides – Alentejo Litoral)	63
JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA, SUSANA DUARTE	
.....	
A economia alimentar em Chibanes (Setúbal) – horizonte campaniforme	103
JOÃO LUÍS CARDOSO, CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES, FILIPE MARTINS	
.....	
Luto en la cara: ablaciones de duelo en el Mediterráneo Ancestral	131
ÁLVARO GÓMEZ PEÑA, JOSÉ LUIS ESCACENA CARRASCO	
.....	
Dois conjuntos anfóricos do Castelo de São Jorge (Lisboa): Largo de Santa Cruz do Castelo e Pátio José Pedreira	155
VICTOR FILIPE	
.....	
A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material	183
RICARDO COSTEIRA DA SILVA, SARA OLIVEIRA ALMEIDA, ISABEL PEREIRA	
.....	
Cerâmica estampada britânica em Portugal (1780-1920). Identidade, domesticidade e relações	207
TÂNIA CASIMIRO, INÊS CASTRO, TIAGO SILVA	
.....	
Recensões bibliográficas	217
(TEXTOS: JOÃO LUÍS CARDOSO, ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, FRANCISCO B. GOMES, PEDRO ALBUQUERQUE, LEYRE MORGADO-RONCAL)	
.....	
Política editorial	235
.....	
Editorial policy	243
.....	